

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

WILTON DA SILVA ROCHA

**POLÍTICAS SEXUAIS NA DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE:
Um estudo antropológico.**

Maceió-AL

2020

WILTON DA SILVA ROCHA

**POLÍTICAS SEXUAIS NA DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE:
Um estudo antropológico.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádya Elisa Meinerz

Maceió-AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

R672p

Rocha, Wilton da Silva.

Políticas sexuais na Diocese Anglicana do Recife : um estudo antropológico /
Wilton da Silva Rocha. - 2020.
99 f. : il. color.

Orientadora: Nádia Elisa Meinerz.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 94-99.

1. Sexo - Aspectos religiosos. 2. Anglicanismo. 3. Casamento entre homossexuais.
4. Direitos sociais. I. Título.

CDU: 392.6:283-055.3

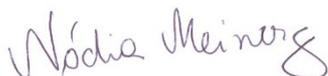
Folha de Aprovação

WILTON DA SILVA ROCHA

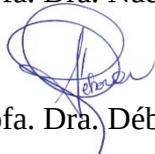
Políticas Sexuais na Diocese Anglicana do Recife: Um estudo antropológico

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas para a obtenção do título de Mestre, e aprovada em 26 de março de 2020.

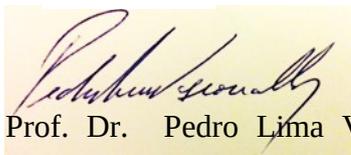
Banca examinadora:



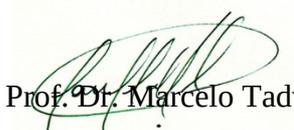
Profa. Dra. Nádia Elisa Meinerz - PPGAS/UFAL (orientadora)



Profa. Dra. Débora Allebrandt - PPGAS/UFAL (examinadora interna)



Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos - História/UFAL/Palmeira dos Índios (examinador externo ao programa)



Prof. Dr. Marcelo Tadvald Batista - NER/UFRGS (examinador externo à instituição).

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, João, companheiro de vida e viagens – entre elas a viagem antropológica. Sem seu apoio, carinho e compreensão este trabalho não teria sucesso.

A querida amiga Yolanda Mendonça pelo apoio desde o começo do mestrado e que conclui juntamente comigo essa empreitada.

À Nádia Meinerz, minha orientadora, pela acolhida, compreensão e respeito humano e acadêmico. Por ter abraçado, lutado e se apaixonado comigo pela pesquisa dos caminhos e descaminhos da interface entre religião e sexualidade, em especial no cenário do Anglicanismo no Nordeste. Pelas importantes sugestões que tanto enriqueceram este trabalho e ajudaram na minha formação enquanto antropólogo.

Aos professores do PPGAS-UFAL, em especial Débora Allebrandt, Nádia Meinerz, Cláudia Mura, Silvia Aguiar, Evaldo Mendes e João Bittencourt que me acompanharam durante as disciplinas, estágio supervisionado e banca de qualificação. Agradeço as mais diversas contribuições e demonstrações de afeto.

A Raniella Barbosa, secretária do PPGAS-UFAL, a quem expressei toda minha admiração pela competência, sensibilidade aos problemas dos discentes e a torcida em todo meu percurso ao longo do curso.

Ao Mandacaru - Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Humanos.

Aos integrantes da Diocese Anglicana do Recife e da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade. Agradeço pela acolhida e as possibilidades de diálogo fundamentais na formatação deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse realizado e a FAPEAL/CAPES por ter possibilitado a realização desta pesquisa por seu financiamento.

VERDADE

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.*

*E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
As duas eram totalmente belas.
Mas carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O presente estudo busca analisar o reconhecimento, ou não, das expressões não heterossexuais no ambiente religioso e a extensão do acesso aos ritos públicos da ordenação e do casamento no cristianismo no Brasil, particularmente no Anglicanismo. Acompanho esses embates a partir da etnografia realizada e penso o percurso para reconstruir esse processo marcado pelo conflito que culmina com a ruptura da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade no começo de 2017. Carrara (2015), partindo da leitura de Weeks (1989) sobre políticas sexuais, entende que os embates por legitimação e legalização dos grupos LGBT pela via do Direito (RIOS 2013, 2018a, 2018b) reconfiguram a operação do dispositivo da sexualidade proposto por Foucault (1988), estabelecendo um novo regime secular de sexualidade. Assim, a intervenção do Estado, particularmente do judiciário, no Brasil, suscita um processo de cidadanização da população LGBT e se configuram diferentes respostas religiosas. Como resultado dos embates/debates internos e da reconfiguração das forças políticas no Anglicanismo no Brasil pós ruptura é aprovado o casamento igualitário, em 2018, ainda que em um cenário de crescente discurso autoafirmado como conservador nos segmentos políticos e religiosos.

Palavras-chave: Políticas Sexuais, Moralidades, Direitos Humanos, Anglicanismo, Reconfigurações.

ABSTRACT

This research aims to analyze the recognition, or not, of the non-straight expressions in the religious field and the extension of the access to the public rites of ordination and matrimony in the Brazilian Christianity, particularly on the Anglicanism. I've been following the debates through the performed ethnography and I think the ways to rebuild this conflicted process which culminated in one more rupture in the Catedral Anglicana da Santíssima Trindade in the beginning of the 2017. Carrara (2015), from the understanding from Weeks (1989), comprehend the clashes for legitimacy and legalization of the LGBT groups through the Law (RIOS 2013, 2018a, 2018b) reconfigure the operation of the device of sexuality of Foucault (1988), establishing a new secular regime of sexuality. Thus, the intervention of the State, particularly of the Brazilian Judiciary, evokes a process of effectuation of the citizenship of the LGBT population, and different religious answers have been configured. As results of the internal clashes/debates and the reconfiguration of the political forces in the Brazilian Anglicanism after schism, the equal marriage was approved in 2018, in spite of a context of increase of a discourse self-proclaimed as conservative in the political and religious spheres.

Keywords: Sexual Politics, Moralities, Human Rights, Anglicanism, Reconfigurations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. POLÍTICAS SEXUAIS: ENTRE COMBATES E CONQUISTAS	13
1.1. Direitos sexuais no Brasil: entre avanços e retrocessos.....	16
1.2. A questão do sexo no cenário religioso brasileiro.....	24
2. DA CATEDRAL ANGLICANA DO RECIFE ÀS REDES SOCIAIS	30
2.1. Pensando o lugar do pesquisador – entre idas e vindas na construção do caminho metodológico.....	31
2.2. A Catedral Anglicana da Santíssima Trindade.....	34
2.2.1. A paz da celebração dominical.....	40
2.2.2. Os “Homens que oram”.....	44
2.3. A Guerra nas redes sociais.....	46
2.4. Da História à Antropologia.....	49
3. A SEXUALIDADE COMO “DESCULPA” PARA RUPTURAS E RECONSTRUÇÕES	53
3.1. A Comunhão Anglicana.....	53
3.2 A ruptura de 2002 e o surgimento da Igreja Episcopal Carismática do Brasil.	
3.3. A questão da ordenação e do casamento homossexual.....	58
3.4 A ruptura de 2005 e o embate entre “liberais” e “ortodoxos”.....	66
4 AS GUERRAS DO SEXO NO ANGLICANISMO CONTEMPORÂNEO	70
4.1 Fundação da Aliança Anglicana.....	71
4.1.1 O Sínodo Extraordinário da IEAB e a questão do casamento igualitário.....	75
4.2. Um homossexual anglicano.....	78
4.3. O Estandarte Cristão: “igreja, gênero e sexualidades.....	83
4.4. Colocando as demandas por direitos religiosos no seu devido lugar.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em uma análise sobre as reconfigurações da moralidade religiosa anglicana na região Nordeste do Brasil, em face do reconhecimento do casamento homossexual pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2011. Ele parte de uma etnografia realizada entre 2016 e 2017 na então Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, vinculada à Diocese Anglicana do Recife - doravante DAR - e se desdobra nas implicações em âmbito nacional de uma crise política local. Os dados apresentados revelam os limites que se impõem ao reconhecimento das expressões não-heterossexuais, especialmente a extensão do acesso aos ritos públicos da ordenação religiosa e do casamento no contexto do Cristianismo brasileiro, particularmente no Anglicanismo.

No jogo de poder do sexo, novas alianças se configuram como reação à intervenção estatal pelo acionamento da via do Direito, trazendo à tona novos cenários de disputa quanto às reivindicações da população LGBT por direitos entendidos como direitos humanos. Essas reconfigurações nas políticas sexuais se refletem nas discussões e práticas das organizações da sociedade civil, ONG's, partidos políticos e instituições religiosas. Sobre essas últimas, em especial, que o trabalho se detém, buscando compreender a complexidade das diferentes respostas religiosas ao avanço da agenda dos direitos sexuais e reprodutivos na primeira década deste século.

Inicialmente discuto teoricamente as mudanças no dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988) a partir das provocações de Carrara (2015). O antropólogo brasileiro a partir da sua leitura quanto às políticas sexuais propostas por Weeks (1989), entende que é pela via jurídica, mediada pela ação da sociedade civil organizada – particularmente o movimento LGBT, feminista, pelos direitos humanos - e a intervenção do Estado, no caso brasileiro em especial do judiciário (RIOS 2013, 2018a, 2018b), que uma série de direitos são debatidos, reivindicados e conquistados. Essas conquistas alteram as percepções sobre a própria sexualidade, alterando o sistema hierárquico de valores sexuais propostos por Rubin (2003). Nesse cenário de mudanças as religiões são instigadas a (re)pensar suas posições e, surgem uma série de reações que vão desde o acolhimento institucional, surgimento das “igrejas inclusivas” e a organização de ministérios

relacionados à diversidade nas denominações evangélicas, até a organização de novas frentes de restauração da heterossexualidade dentro das igrejas e da atuação política contra esses direitos.

Assim, em um contexto de crescente visibilidade da causa LGBT e suas conquistas de direitos, o Anglicanismo se coloca frente a essas questões. A ordenação de um bispo homossexual nos Estados Unidos em 2003 foi o estopim das reações, mobilizando os mais variados grupos dentro da instituição e levando-os a revisitar suas posições teológicas, políticas, sociais e morais.

Este trabalho se utiliza da etnografia como método privilegiado e de longa trajetória na Antropologia, particularmente desde a sistematização clássica de Malinowski (1978). Porém, em se tratando de outro contexto de pesquisa, entre os grupos urbanos, Durham (1986) demonstra que essa abordagem adquire no Brasil contornos singulares em face da politização de temáticas como religião, sexualidade, papel da mulher, práticas de medicina popular, entre outros. Tradicionalmente vinculada ao estudo de populações marginalizadas como negros, índios, camponeses, ao redirecionar o seu olhar para o meio urbano, vai à busca de discutir essas temáticas entre os grupos marginalizados nas grandes cidades. A cidade aqui, mais que o objeto de estudo, se transforma no *locus* privilegiado de investigação, particularmente com a abordagem dos segmentos médios urbanos, conforme a tradição de pesquisa iniciada por Gilberto Velho (1973; 1981)

Meu trabalho de campo, no entanto, se desenvolveu em um contexto de classe média alta, com a Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, localizada no bairro do Espinheiro, em Recife-PE, com um dos maiores IDH's da capital pernambucana. A Catedral foi escolhida estar no centro das principais disputas políticas-sexuais dentro do Anglicanismo no Brasil desde o começo do século XXI sobre o acesso ou não de pessoas não heterossexuais aos rituais da ordenação e do casamento. Essas discussões levaram a duas cisões da Diocese Anglicana do Recife-DAR, em 2002 e 2005, a qual a Catedral é filiada. Esses conflitos, como se demonstrará nos capítulos a seguir, vão além da Catedral ou do Anglicanismo no Brasil, mas imbricam uma série de relações políticas locais, nacionais e internacionais que se mostraram bastante dinâmicas ao longo do trabalho e com uma disputa ainda acirrada. Tanto assim, que uma nova ruptura pode ser observada em 2017.

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas: a primeira no período que compreende entre agosto e dezembro de 2016. A dinâmica do trabalho de campo consistia em incursões etnográficas quinzenais onde eu participava das celebrações cúlticas da Catedral Anglicana do Recife, que aconteciam aos domingos em dois horários: às 09h00 da manhã e às 17h00. Também participei de algumas reuniões do grupo masculino “Homens que Oram”, que acontecia aos sábados, quinzenalmente, com início às 07h00 da manhã. Um segundo momento do trabalho de campo aconteceu entre setembro e novembro de 2017, após os eventos que resultaram na ruptura da Catedral frente a DAR em janeiro de 2017. Neste segundo momento, após o arrefecimento das disputas, é que consigo realizar 5 entrevistas, das quais quatro com clérigos. Os leigos ainda se mostravam reticentes em falar.

Uma das primeiras questões que se coloca diante do antropólogo quando da sua ida a campo é a de como será a recepção que lhe espera. Obviamente, essa era uma das minhas grandes preocupações, especialmente por me apresentar como um homem homossexual. Ainda que já tivesse mantido contato com as lideranças da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, em Recife por meio da troca de e-mails e eles soubessem da minha visita e mesmo tivessem um discurso aparentemente acolhedor, o receio era uma constante.

Apesar desses receios tive uma recepção amistosa quando das minhas primeiras incursões exploratórias. O primeiro contato travou-se em um domingo nublado e de um calor insistente, de mormaço pesaroso, daqueles que fazem doer a cabeça e pingar de suor. Já nesse momento inicial ficou claro para mim que cada encontro seria marcado pelo desafio, em forma de perguntas – nem sempre, quase nunca na verdade, fáceis de responder – do por que eu estava desenvolvendo aquela pesquisa. A dúvida entre meus interlocutores pairava sobre o que exatamente eu desejava saber sobre a Catedral Anglicana – questão que, aliás, nem eu estou certo de ter podido responder com exatidão à época. Aqui entra a figura do “sujeito analisante” (ROSALDO, 2000), do interlocutor que se coloca em postura ativa – não mais de observado, mas de observador –, e questiona, opina, sugere, analisa e se faz presente. Essa nova relação entre pesquisador-pesquisado rompe com a perspectiva clássica e coloca o desafio de o pesquisador estar

disposto e atento às vozes que vem do campo sobre a sua pesquisa e também sobre a sua pessoa.

Uma das questões que mais inquietava meus interlocutores era minha trajetória religiosa. Minha presença evocava as suas próprias trajetórias marcadas pelo processo de mudança de instituição. Ainda que o Anglicanismo não tenha por característica um proselitismo acentuado e não seja uma Igreja que busque conversões em massa ou apresente um discurso que caminhe nessa direção, a imensa maioria de clérigos e leigos não nasceram dentro do Anglicanismo. De fato, em sua maioria, muitos dos interlocutores com quem mantive contato nasceram em lares católicos. Outros tinham passagens por Igrejas Evangélicas pentecostais e/ou neopentecostais e, um deles, pelo Candomblé.

Eu mesmo fiz caminho semelhante. Nascido em uma família nominalmente católica, mas que efetivamente mantinha pouco contato com a religião, inclusive naqueles três momentos: nascimento, casamento e morte. Na adolescência, ainda vivenciei uma rápida experiência dentro do Catolicismo em que eu nascera. Porém, mantive um maior contato com a religião a partir do meu envolvimento com a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), uma igreja também tradicional, como a Igreja Anglicana, e que guarda várias semelhanças quanto a estrutura da celebração, organização interna e mesmo aspectos teológicos. Meu contato, fora tão profundo e causara tal impacto, que cheguei a ser postulante ao Seminário Luterano. No entanto, a partir do momento que enunciei minha orientação sexual e iniciei um relacionamento estável com meu companheiro, João, diante da postura contrária da IELB quanto ao casamento de homossexuais e a ordenação ao ministério, peço minha retirada do rol de membros da congregação que eu integrava.

Assim, com a pretensão de estudar quais os caminhos que a inclusividade tão abordada em documentos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, doravante IEAB, e falas das suas lideranças caminhava dentro da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, apresentar-se como homossexual declarado e tendo meu companheiro ao lado me daria a justa prova de que a inclusão de homossexuais no Anglicanismo, particularmente no Nordeste, estaria ou não em efetivação. Todavia, uma questão vai me acompanhando ao longo do trabalho de campo: onde estão e quem são os homossexuais da Catedral Anglicana do Recife ou mesmo da DAR? Essa pergunta ajudará a entender a distância entre o discurso inclusivo e a

realidade de uma comunidade anglicana na cotidianidade. O contato com Geovanny, vai ser decisivo para entender o lugar dos homossexuais na Igreja Anglicana e os campos ainda em disputa sobre a sexualidade.

No dinâmico campo de pesquisa da Catedral, as redes sociais acabaram sendo uma fonte instigante para a obtenção de informações que não circulam no interior da igreja e de seus grupos de culto. Nesse contexto, uma questão que vai animar o desenvolvimento da pesquisa é procurar entender a dinâmica contraditória/complementar entre o mundo “real”-“virtual”. Se no primeiro reina uma aparente paz, no segundo, o conflito é escancarado com as lideranças em oposição se confrontando.

Já no terceiro capítulo, o foco é trabalhar as disputas políticas-sexuais na DAR nas últimas duas décadas, buscando refletir sobre as motivações que levaram às duas rupturas institucionais precedentes, ocorridas em 2002 e 2005. Esse processo é pensado em nível local, mas também em relação aos eventos que acontecem no Anglicanismo mundial, uma vez que se parte de um entendimento dialético em que as relações horizontais apresentam diferentes vetores de influência.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresento uma análise da situação de crise no interior da instituição, a partir do detalhamento de alguns eventos específicos que pude acompanhar em campo no período da pesquisa. Essas situações reverberam os debates internos na Diocese Anglicana do Recife sobre sexualidade e as configurações morais enfocando, em especial, o reconhecimento público e institucional ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Proponho que a ruptura de 2017 aprofunda as mudanças que ocorreram em 2002 e 2005, reolocando as políticas sexuais como objeto em disputa dentro da igreja.

1. POLÍTICAS SEXUAIS: ENTRE COMBATES E CONQUISTAS

O sexo é um elemento político. Como tal, segundo Rubin (2003, p. 1), “o reino da sexualidade [...] tem sua própria política interna, suas desigualdades e modos de opressão”. Nesse processo de disputas, controvérsias, avanços e retrocessos (a depender da perspectiva) ficam expressos nas leis, práticas e ideologias que afetam diretamente a forma de viver e perceber a sexualidade em diferentes momentos históricos. Na atualidade no Brasil, em meio ao ataque a direitos conquistados e a tentativa de retrocesso desses mesmos direitos, no campo político-jurídico se desenrola uma verdadeira guerra em torno da política sexual. É possível falar em um processo de cidadanização (CARRARA, 2015) de diferentes sujeitos sociais, cujas identidades articulam-se, seja na linguagem do gênero (“mulheres”, “travestis”, “transexuais femininos e masculinos”), seja na da sexualidade ou orientação sexual (“gays”, “lésbicas” e “bissexuais”). Carrara sinaliza (2015, p. 324) que é mais produtivo tratar sobre as lutas por direitos civis e por proteção social empreendidas pelos ativismos LGBT e diferentes feminismos na atualidade, bem como a progressiva incorporação de suas reivindicações pelos Estados nacionais, como possibilidades privilegiadas para a análise de um processo muito mais amplo de transformação por que passa, no Ocidente, o próprio dispositivo da sexualidade, concebido por Foucault (1988).

Cabe aqui revisar, ainda que rapidamente, os postulados básicos de Foucault a respeito do dispositivo da sexualidade, para então, empreender o caminho pelo qual ele está se transformando, a partir de Carrara (2015), em termos do seu regime regulatório.

Segundo Foucault (1988), a história da sexualidade se constitui como história dos discursos, um conjunto de conhecimentos que molda de que maneiras a própria sexualidade é pensada e como se dá o conhecimento sobre o corpo. Sendo assim, não é possível se falar em um “regime de silêncio” sobre a sexualidade no Ocidente. Os variados discursos se constituem como parte de um crescimento permanente resultando em um aumento do controle sobre os indivíduos. Este controle vai além da determinação de proibições, mas produz através de uma série de definições quanto às possibilidades do corpo, mediante o mecanismo da sexualidade: sendo assim, o dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas

o criar, inovar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (FOUCAULT, 1988, p.101).

Para Foucault, conforme “Vigiar e punir” (1987), o estudo sobre o dispositivo sexual está diretamente relacionado com a análise do desenvolvimento da "sociedade disciplinar", caracterizada a partir das modernas formas de regulação social da vida social — o estabelecimento de uma sociedade de vigilância e controle. Seu argumento é de que na modernidade se deveria ver o poder não como força negativa que age baseada na proibição, mas como uma força positiva preocupada com a administração e os modos como se viver. Aqui, trata-se do denominado "biopoder"; em a sexualidade tem especial papel. Sendo o sexo pivô a partir do qual se desenvolve a tecnologia da vida: o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população (o "corpo político") como um todo (FOUCAULT, 1987).

Foucault (1987) sinaliza quatro unidades estratégicas que desde pelo menos o século XVIII, apresentam uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder que concebem mecanismos específicos de conhecimento e poder a partir do sexo. São elas: a sexualidade das mulheres; das crianças; o controle da procriação; e o estabelecimento de determinadas práticas como perversões sexuais como problemas de patologia individual. Essas estratégias produziram, ao longo do século XIX, quatro figuras submetidas à observação e ao controle social, inventadas no interior de discursos reguladores: a mulher histérica; a criança masturbadora; o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade; e o "pervertido", especialmente o homossexual. Este importante argumento questiona a noção de que a regulação social submete ao controle tipos pré-existentes de ser. O que acontece efetivamente é uma preocupação social generalizada com o controle da população que faz surgir uma preocupação em particular com determinados tipos de pessoas, que são controladas dentro deste complexo de "poder-saber". Isso não quer dizer que essas figuras observadas - a sexualidade feminina, a masturbação infantil, o controle da natalidade ou a homossexualidade - não existissem antes. O que isso quer dizer é que a especificação das pessoas através dessas características, a criação de "posições-de-sujeito" ao redor dessas atividades, é um fenômeno histórico (WEEKS, 2000).

Pensando as transformações no modelo proposto por Foucault (1987, 1988), sintetizado acima, Carrara (2015) propõe o uso do conceito de política sexual (WEEKS 1989). Para ele, o conceito seria útil, primeiramente, por possibilitar a abordagem de diferentes tipos de ação social dirigidos ao Estado ou promovidos em seu âmbito ou sob sua chancela: legislações, campanhas sanitárias, programas educativos, normativas ministeriais, decisões judiciais, diferentes ativismos ou movimentos sociais etc. Depois por permitir uma análise dos processos sociais que se desenvolvem em múltiplos planos, já que as políticas sexuais se desenvolvem em espaços de atuação sociopolíticos estabelecidos pelas fronteiras dos Estados nacionais, sendo fundamentais para o processo de construção da nação. Essas políticas também são fomentadas a partir de organismos internacionais, particularmente as Nações Unidas em que se busca o compromisso de implementação dos Estados nacionais. Por fim, as políticas sexuais tornariam possível “discutir a natureza complexa e heterogênea dos modos de regulação das práticas erótico-sexuais e das expressões de gênero” (CARRARA, 2015, p. 324), uma vez que esses modos se consolidam a partir do enfrentamento ou da coalizão de diferentes atores ou forças sociais e refletem representações sociais de natureza muito diversa: ideias científicas, crenças religiosas, valores morais, princípios jurídicos, posições políticas etc.

Sendo assim, para Carrara (2015, p. 325), o conceito de política sexual, desenvolvido por Jeffrey Weeks (1989),

permite interpelar simultaneamente múltiplas dimensões da gestão social do erótico e do sexual e explorar a coexistência, às vezes conflitiva, de distintos e muitas vezes contraditórios estilos de regulação moral, compreendidos aqui como conjuntos singulares de técnicas de produção de sujeitos, ou seja, de pessoas dotadas de certa concepção de si e de certa corporalidade.

Para ele, no entanto, “mais importante seja o fato de que trabalhar no nível de tais políticas abre a possibilidade de abordar o próprio dispositivo da sexualidade, indagando sobre suas fissuras, tensões e horizontes de transformação, em suma, sua própria historicidade” (CARRARA, p. 325). O autor se questiona se atualmente a sexualidade e o gênero que são matéria para afirmação de direitos humanos, continuaria o célebre dispositivo a articular com a mesma precisão uma anatomopolítica dos corpos a uma biopolítica das populações? Ou estaríamos

assistindo, em seu interior, à implantação de um novo regime da sexualidade? E, nesse caso, quais seriam suas principais linhas de força? Em que pontos haveria ruptura e em que pontos, continuidade?

A partir desse problema, ele esboça uma resposta, ainda que de forma preliminar, a hipótese de que a emergência da noção de direitos sexuais e a crescente utilização da linguagem dos direitos humanos para consolidar uma ampla agenda de reivindicações e intervenções no plano dos prazeres, dos corpos e das práticas sexuais significam mais que o mero reconhecimento de que essa dimensão da experiência humana foi alvo da ingerência autoritária do Estado no passado e de que precisa agora de proteção especial. Dessa forma, a emergência da noção de direitos sexuais deve ser considerada aspecto central de um processo mais amplo de transformação que acontece no nível das políticas sexuais e incide sobre o próprio dispositivo da sexualidade (CARRARA, 2015, p. 326).

A partir da relação dinâmica entre diferentes atores sociais (ativistas, gestores públicos, políticos, juristas, pesquisadores etc.), esses direitos podem ser considerados como um símbolo da emergência histórica de um “novo” regime secular da sexualidade, acompanhado por um estilo de regulação moral que lhe é próprio. Assim Carrara (2015, p. 326) entende, em oposição a uma configuração mais geral, que as linhas mestras desse “novo” regime da sexualidade que surge em finais do século XX, começa a se organizar em torno da noção de direitos sexuais.

Sendo assim, o “sistema hierárquico de valor sexual” descrito por Rubin (2003), que tinha em seu topo o casal heterossexual reprodutivo, sofre importantes alterações nas últimas três décadas. Nesse meio tempo, o paradigma de avaliação moral das práticas sexuais passa a se basear, de um lado, na sua congruência com uma suposta verdade interior dos sujeitos expressa em seus desejos e, de outro, no pleno consentimento em participar das relações sexuais. Em suma, o exercício da sexualidade desloca-se em relação à lógica das obrigações conjugais ou cívicas, para ancorar-se na busca da realização pessoal, da felicidade, da saúde ou do bem-estar (CARRARA, 2015, pp. 329-330).

Conforme Carrara (2015) ainda que a afirmação do critério moral da liberdade/consentimento, a crítica à teoria do instinto e a preeminência dos interesses individuais possam ser abordadas como desenvolvimentos paralelos,

com suas dinâmicas e ritmos particulares, elas se estão unidos e se respaldam. Essa articulação faz com que seja possível conceber a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais completamente em uma linguagem sociojurídica.

Ele segue, defendendo que esse a regime secular da sexualidade corresponde uma nova sensibilidade social, cujo foco gira em torno de outros pontos. De um lado, em torno do sexo entre pessoas desigualmente investidas de poder (sobre o qual passa a pairar a sombra da violência presumida). De outro, em torno daqueles(as) que parecem exercer pouco ou nenhum controle sobre seus próprios impulsos e paixões. Desse modo, aumenta a inquietação (que às vezes assume a dimensão de pânico moral) em relação a fenômenos como a pedofilia, o assédio sexual, o abuso sexual, o turismo sexual, a exploração sexual, a compulsão sexual etc.

Seguindo seu raciocínio, Carrara (2015, p. 332) entende que talvez seja mais apropriado afirmar que, no âmbito desse regime e dentro dos limites que ele impõe, diferentes práticas e desejos mudarão de sentido. Algumas drasticamente, como é o caso da homossexualidade, que passa a ser tão legítima e merecedora de respeito quanto a heterossexualidade. Ou ainda mais do que ela, uma vez que, como prática sexual “entre iguais”, pode se constituir em modelo para as próprias relações heterossexuais, presas a uma (ainda) inescapável hierarquia de gênero.

Finalmente, Carrara (2015, p. 335) conclui que a política sexual, em seu caráter heterogêneo e instável, articula, em diferentes momentos históricos e contextos nacionais, concepções, valores e técnicas de intervenção dos regimes. Com isso, não significa dizer que, nessa espécie de colcha de retalhos que são as políticas sexuais contemporâneas, algumas cores e formas não predominem ou que algumas linhas de força ganhem destaque e desenhem um horizonte possível de transformações.

1.1 Direitos sexuais no Brasil: entre avanços e retrocessos

Segundo Carrara (2010, p. 132), a luta pelos “direitos LGBT” no Brasil, é uma das principais arenas onde, atualmente, desenvolve-se a política sexual brasileira. Ainda que esses direitos nem sempre estejam diretamente relacionados com a sexualidade (como questões previdenciárias ou de liberdade de acesso a espaços públicos, por exemplo), o autor os compreende enquanto “direitos sexuais”, porque os processos de estigmatização e discriminação que atingem as populações privadas destes direitos têm, em sua origem, determinadas atitudes e valores relativos à sexualidade.

Rios (2013, 2018a, 2018b) também tem esse mesmo entendimento sobre “direitos LGBT”, que muitas vezes nada têm a ver diretamente com a sexualidade (como questões previdenciárias, adoção, liberdade de movimento em espaços públicos ou de mudança de nome e sexo em certidões de nascimento), vêm sendo compreendidos como “direitos sexuais”, dado o fato de os processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas LGBT envolverem historicamente determinados valores relativos à sexualidade. Dito de outro modo, conforme construídos contemporaneamente no Brasil, direitos sexuais se referem a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais. (RIOS, 2018a). Ou seja, parte-se aqui de um conceito de direitos sexuais em sentido *lato*, pensando a questão sexual a partir do contexto social em que se perfazem as disputas por legitimidade e reconhecimento.

Dessa forma, Rios (2018a) e Natividade e Oliveira (2013) colocam também no rol desses direitos, o direito à prática religiosa, haja vista a exclusão de pessoas da comunidade LGBT do cenário religioso por determinadas interpretações de textos bíblicos. De um modo geral, a presente dissertação visa trabalhar com o processo de abertura, ou não, ao acessar os ritos públicos do casamento e da ordenação por pessoas não heterossexuais no cristianismo no Brasil, particularmente no Anglicanismo. Nesse intuito, é que se busca trazer para o texto a interface entre a tríade: sexualidade-religião-direito e de como esses três elementos são negociados a partir das políticas sexuais.

Segundo Carrara (2010), Rios (2013, 2018b) e Natividade (2016), a Constituição Federal de 1988 é extremamente importante para redirecionar o panorama da política sexual no Brasil contemporâneo. A Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã” espelha o equilíbrio de forças existente entre diferentes movimentos sociais que à época buscavam trazer para a debate público uma série de questões antes consideradas do âmbito da vida privada, muitas delas envolvendo questões relativas ao gênero e à sexualidade. Carrara (2010, p. 134) defende que algumas transformações foram expressivas, como “a formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, reflexos claros da pressão de grupos feministas e de mulheres”. Entretanto, a exclusão na nova Constituição das categorias “orientação sexual” e “identidade de gênero” entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, atualmente, Movimento LGBT. A essa exclusão ele denomina de “órfãos da Constituição de 1988” (VIANNA; CARRARA, 2008). Contudo, mesmo com eventuais “derrotas”, a estrutura geral da Constituição, explicitamente comprometida com o respeito aos direitos humanos e a implementação de compromissos firmados nos tratados internacionais, tem permitido a juízes e tribunais desdobrar os seus princípios fundamentais no sentido de garantir, de fato, certos direitos e contribuir para a criação de novas leis relativas às minorias sexuais.

Rios (2018b) corrobora a perspectiva de Vianna e Carrara (2008) a respeito da Constituição de 1988, afirmando que, apesar de ela não explicitar diretamente algumas questões quanto à sexualidade, ela traz em linhas gerais, a partir de uma leitura fundamentada nos direitos humanos, proteção contra discriminação e a abertura a uma legislação positiva e propositiva quanto à garantia de direitos sexuais – pensados em sentido lato. Ele afirma:

Não se pode esquecer que os direitos humanos, especialmente quando reconhecidos constitucionalmente de modo amplo e extenso, em um texto jurídico fundamental aberto a novas realidades históricas, têm a vocação de proteger a maior gama possível de situações. Nesse ponto, por exemplo, a Constituição brasileira de 1988 consagra sem sombra de dúvida tal abertura, seja pela quantidade de normas constitucionais expressas, definidoras de direitos e garantias individuais e coletivas, seja

pela explícita cláusula de abertura a novos direitos humanos, segundo a qual “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (art. 5º, parágrafo 2º, grifo meu). (RIOS, 2018a, pp. 88-89)

Para Vianna e Carrara (2008), bem como Rios (2013, 2018a) e Natividade (2016) entendem a Constituição Federal de 1988 como um marco fundamental a partir de onde as temáticas da sexualidade e da reprodução se instituem como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil. A legislação atual gira em torno dela e desde a perspectiva da sociedade civil, é a partir de seus preceitos gerais - haja vista que seu texto por vezes tangencia a temática sobre sexualidade - que são organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva do Estado, são geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas.

Retomando o processo de luta por esses direitos e vislumbrando o caminho percorrido, Vianna e Carrara (2008) entendem que, apesar da grande discussão e repercussão midiática, no plano do legislativo federal nenhuma lei importante relativa ao reconhecimento de direitos da população LGBT foi até o momento aprovada. De modo geral, as ações do Congresso Nacional, em ambas as casas, têm sido marcadas pelo imobilismo e o conservadorismo em relação ao tema. Ainda assim, algumas medidas, ainda que tímidas, são tomadas. Nesse sentido é surgem propostas visando a aprovação de projetos como o da parceria civil em 1995, proposta da então deputada federal Marta Suplicy do PT, e a proposta de emenda constitucional que condena explicitamente a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, a Câmara dos Deputados instalou oficialmente, em outubro de 2003, a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual (atualmente denominada Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT). No manifesto de seu lançamento, em setembro de 2003, os signatários reconhecem que “a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ainda não tem seus direitos assegurados pela legislação federal”.

Carrara (2010), assim como Rios (2013, 2018b) e Almeida (2017) entendem que o imobilismo do Congresso se deve em grande parte à influência das religiões cristãs sobre os parlamentares organizados nas chamadas Bancadas Evangélica e Católica que atuam em conjunto quando se trata de direitos LGBT. Desde as

discussões sobre o projeto de lei que criminaliza a homofobia colocando sob a mesma proteção dada a casos de racismo ou de antissemitismo, uma vez que o preconceito em relação à homossexualidade, ou homofobia, não é da ordem das opiniões, mas das paixões, não se prestando, como as opiniões em geral, a uma contra-argumentação racional - e que só será definida pelo Supremo Tribunal Federal em 2019 - seja no caso do acesso ao casamento civil igualitário - que também virá por meio do Judiciário com a decisão do Conselho Nacional de Justiça, em 2013 - representantes das duas bancadas levantam contra essas iniciativas e os projetos que tramitam no Congresso o argumento de que ele cercearia a liberdade de expressão ou opinião, que, nesse caso, significa a “liberdade” de condenar publicamente a homossexualidade a partir de interpretações da Bíblia, assim como feriria princípios morais estabelecidos na sociedade brasileira.

Para Rios (2018a; 2018b) ainda o legislativo federal brasileiro se mostre particularmente avesso a legislar sobre questões relevantes para esses atores, o judiciário vem estendendo direitos antes negados a partir de novas leituras da Constituição de 1988. Ele também aponta que se âmbito federal essas decisões foram mais demoradas, em muitos Estados, desde o final da década de 1990, já existem uma série de decisões no que se refere aos chamados direitos de família, além do reconhecimento de direitos previdenciários, os recentes casos de reconhecimento do direito de adoção por “casais” de mesmo sexo pela justiça dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Acre e Distrito Federal merecem ser registrados. As autorizações legais para registro do nome de dois pais ou de duas mães, em vez de um pai e uma mãe, em certidões de nascimento e, portanto, em carteiras de identidade é uma ruptura simbólica das mais impressionantes no que tange aos valores.

Em síntese Carrara (2010) compreende que apesar das lacunas constitucionais, os princípios gerais desta possibilitam a criação de novas leis, não só protetivas, mas também afirmativas (RIOS 2018b). Assim sendo,

as chamadas minorias sexuais podem ser consideradas “órfãs” da Constituição de 1988, o impacto da nova Carta para elas não têm, contudo, sido desprezível, dado o número de importantes decisões que, baseadas em seu “espírito”, vêm sendo tomadas por juízes e tribunais. Em muitos casos, especialmente nos que envolvem direitos previdenciários, foram ações judiciais que abriram caminho para mudanças legislativas, de modo

semelhante ao que ocorreu com os direitos dos soropositivos. (CARRARA, 2010, p. 139)

Simões e Carrara (2014) sinalizam que como resultado dessa luta por direitos das “sexualidades e expressões de gênero não normativas”, desenvolve-se um relativo e recente sucesso dos trabalhos socioantropológicos sobre sexualidade no Brasil. Esse cenário tem de ser pensado frente

à crescente autonomização da sexualidade como um plano relevante de exercício de direitos, em que se constituem novos atores políticos, cujas identidades coletivas são forjadas em torno de formas específicas de desejos, de práticas sexuais e de performances ou “expressões” de gênero. Trata-se do processo mais geral de emergência dos “direitos sexuais” como direitos humanos; e, em particular, seus desdobramentos como direitos que se referem a prerrogativas às quais determinadas pessoas e grupos sociais não teriam acesso por estarem submetidos a formas de discriminação social e política por conta de suas “sexualidades” e/ou “expressões de gênero”. (SIMÕES; CARRARA, 2014, pp. 78-79)

Todavia, Carrara (2015) entende que o recurso ao ideário dos direitos humanos também merece uma reflexão, pois, de certo modo, os direitos humanos podem ser comparados ao que os linguistas denominam de “significante flutuante” – uma espécie de caixa vazia que depende, na fixação de seu conteúdo, de definições que são extrajurídicas, quer dizer, políticas em sua essência. Poderíamos citar, como exemplo, a retórica da Igreja Católica que, apoiada nos direitos humanos, defende valores como a proteção da vida ou da família, para, de fato, condenar o aborto e a homossexualidade. Por “direito à vida” pode-se ter entendimentos bem diversos e, uma vez que esse direito faz parte dos direitos humanos e se firma no campo jurídico, o significado de “vida” (se tem início na concepção ou no parto) se define na arena propriamente política.

Por fim, Carrara (2010) entende que a própria luta por direitos e a constituição de sujeitos que têm direito aos direitos (momento fundamental dessa luta), vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos em oposição aos “cidadãos respeitáveis”, ou seja, àqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à “sociedade”. É o que Rubin (2003) chama de nova “estratificação sexual”. Ainda que a classificação por ela proposta tenha sido mudada, e no topo de tal sistema, casais heterossexuais reprodutivos não estão mais “sozinhos”; nem gays e lésbicas, cujas relações

conjugais vêm sendo juridicamente reconhecidas em um número cada vez maior de países ocidentais, continuam situados em algum lugar no meio da pirâmide, junto com os adeptos do uso de *sex toys* ou de práticas sadomasoquistas. Por isso, essa sexualidade precisa ser limpa do conteúdo sexual, o que acontece, por exemplo, no caso da adoção de crianças por casais homossexuais, a constante referência à “homoafetividade” parece funcionar como dispositivo de purificação que, retirando a ênfase da sexualidade, torna tais casais mais respeitáveis e dignos, merecedores, portanto, do direito a ter crianças sob sua guarda. Apesar disso, a camada inferior da hierarquia sexual possivelmente continua a ser ocupada por aqueles “cujo erotismo transgride fronteiras geracionais” (RUBIN, 2003); (CARRARA, 2015).

1.2 A questão do sexo no cenário religioso brasileiro

A partir dessa nova perspectiva sobre a sexualidade, a visibilidade conquistada pelo movimento LGBT e o estabelecimento de uma agenda estatal sobre os direitos sexuais, as religiões cristãs, que tradicionalmente não celebram o casamento entre pessoas do mesmo sexo, se viram diante de uma questão a ser respondida – em muitos dos casos repudiada – frente o posicionamento do Estado. Para Carrara (2015, p. 324) porém, em “face das crescentes pressões em relação à democratização da lei do casamento civil, passo crucial do processo mais amplo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero, a teologia cristã vai se transformando.”

Nesse cenário, grupos religiosos cristãos dos mais variados se posicionam a partir de diferentes perspectivas. Sendo assim, Jurkewicz (2005) identifica no Cristianismo três posicionamentos base quanto à homossexualidade: 1. oposição absoluta, encontrada principalmente nos grupos que interpretam a homossexualidade como antinatural e pecaminosa. Ainda assim muitos desses grupos falam em um acolhimento dessas pessoas no sentido de que estas reconheçam seu erro, peçam ajuda e a partir desse ponto mudem seu comportamento, em um processo que muitas vezes envolve um tratamento de ordem física e espiritual; 2. comportamento aceitável, ainda que essa orientação sexual seja considerada como inferior, colocando a abstinência como uma opção

para aqueles que não conseguem se ajustar ao estilo de vida heterossexual; 3. aceitação, considerando a homossexualidade em patamar de igualdade com a heterossexualidade, valorizando e reafirmando valores ligados ao afeto e manutenção da conjugalidade, entendendo como pecado não a homossexualidade em si, mas a exploração dos parceiros, fenômeno que pode ocorrer também nas relações heterossexuais.

Nesse contexto é que surgem no Brasil começo dos anos 2000 algumas igrejas chamadas de “inclusivas”, por vezes conhecidas como “igrejas gays” (NATIVIDADE, 2008), ainda que não se coloquem como destinadas exclusivamente a pessoas que não atendem o padrão heteronormativo. Essas igrejas, a partir de uma releitura dos textos sagrados do cristianismo buscam reinterpretar o significado de “reprodução”, justificativa fundamental do casamento, deslocando seu sentido do eixo biológico para o eixo social. Assim, segundo Carrara (2015, p. 334) o problema passaria a ser então o sexo socialmente “estéril”, ou seja, aquele que não produz laços ou vínculos afetivos estáveis, perdendo-se no êxtase da “promiscuidade”. Aliás, segundo o autor, a promiscuidade sexual” apresentar-se-ia hoje como forte candidata a ser uma espécie de “categoria-ponte” entre formulações da moral sexual cristã e o “novo” regime secular da sexualidade, em cujos termos ela pode aparecer como uma das figuras do descontrole sobre si, sendo acionada em contextos em que a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis ou a gravidez na adolescência estão em questão.

Para Natividade e Oliveira (2013) esse é um cenário de disputas, o que eles denominam de novas guerras religiosas, a partir da sua leitura de Gayle Rubin (2003) e seu clássico texto “Pensando o sexo”. Nesse cenário as igrejas “inclusivas” e “tradicionais” vão pensar estratégias de acolhimento pastoral, de restituição da heterossexualidade e também de legitimação dessas práticas e relações partir desse novo regime legal-sexual. No campo da “cura” vão se destacar principalmente os evangélicos (neo)pentecostais, particularmente a partir da ação dos pastores (televangelistas) e sua atuação política na denominada “bancada evangélica”. Os autores vão analisar essa atuação, especialmente no mundo evangélico neopentecostal do Sudeste brasileiro, buscando desvelar o novelo de lã das disputas sobre moralidade (particularmente de uma moralidade pública, que possa ser estabelecida e/ou resguardada por lei), e como autores conservadores

constroem narrativas com vistas a alimentar pânicos morais e associar LGBT's a anormalidade, à degeneração de valores familiares, a disseminação do HIV/Aids, a pedofilia. Processo esse semelhante ao discutido por Rubin (2003) no final do século XIX na Inglaterra e que deixa claro que sua escala sexual, ainda que precise ser lida à luz das próprias mudanças dos últimos 40 anos, traz uma luz quando se pensa a formulação de uma argumentação que busca manter ou resgatar uma posição heteronormativa de destaque frente aos novos arranjos sociais e familiares.

Essas discussões, segundo Sonia Côrrea (2009) acontecem no início do século XXI, pois acontece um fenômeno de hipervisibilidade do “sexo” nos espaços onde se condensa o poder político. Nesse cenário há o crescimento dos discursos alinhados com políticas que ela entende poder se identificar como políticas moralistas, especialmente no caso estadunidense, o governo Bush referenda falas e práticas baseadas em uma pretensa harmonia com o ideário cristão tradicional defendendo: abstinência, monogamia, caça à prostituição, “demonização” do aborto. Também são várias as manifestações explícitas de repúdio a identidades e práticas sexuais dissidentes por uma gama variada de atores estatais que vai de ministros brasileiros a presidentes africanos.

Ronaldo de Almeida (2017) entende que como resultado desse movimento baseado em um ideário cristão tradicional é que o Brasil vem passando nos últimos anos por processos políticos que têm levado a perdas, ou questionamentos, de determinadas conquistas no universo dos direitos constituídos, principalmente, após a redemocratização. Ele denomina esse movimento de “onda conservadora”. Esse movimento ganha força com a eleição de um presidente autodeclarado como homofóbico, referindo-se a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, – aqui enquanto termo genérico de tantas outras fobias sociais do referido ocupante do Palácio do Planalto – e de governadores e deputados que se colocam ostensivamente contra uma série de direitos constitucionalmente garantidos e sistematicamente atacados.

Ainda segundo Almeida (2017) há na atual conjuntura nacional um cenário de forte polarização (direita-esquerda). O autor entende que esse conservadorismo, ligado à direita, não é necessariamente contrário às normas democráticas, mas, entretanto, no enquadramento do atual debate público brasileiro há uma sobreposição na identificação de conservadores, fascistas e fundamentalistas. Sendo assim, essas categorias são construídas relacionalmente no embate político,

que está significativamente pautado pelos meios de comunicação mais hegemônicos. No atual contexto essas categorias políticas são usadas em forma de acusação - ainda que o posicionamento “de direita” seja tomado de forma positiva, enquanto que o “de esquerda”, seja associado negativamente e carregue essa conotação acusatória - que circunscrevem um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns.

Esse grupo direitista tem, em grande medida, se concentrado na denominada “Bancada Evangélica” que para Ronaldo de Almeida (2017) seria “talvez seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo ‘os evangélicos’ adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados ‘moralistas’ que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro”. Essa visão partiria do pressuposto de que as religiões teriam pouca expressão no cenário político brasileiro, sendo ameaçada por um movimento de secularização e laicização contrários à religião. Na verdade, essa ameaça pressupõe, enganosamente, em sua avaliação, que no Estado atual as religiões pouco influenciam nas questões de ordem pública.

Almeida (2017), entende que, ao contrário dessa impressão que se deseja passar, são os evangélicos (neo)pentecostais que têm se colocado como protagonistas mais visibilizados nas discussões sobre moral, defendendo um conservadorismo religioso que nos últimos anos visa maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários. Esse pentecostalismo apresenta uma atuação no sentido de regular a ordem moral geral, e não especificamente a de seu grupo, baseado em critérios religiosos próprios. Em contraposição, o conservadorismo Católico e do Protestantismo tradicional, oscilam entre a reação e a adaptação a esse novo regime de moralidade.

Ainda, que o país tenha vivido uma série de avanços, em meio a alguns retrocessos, é claro há avanços no período pós 1988 na conquista de direitos (civis, sociais, reprodutivos, sexuais etc), conforme demonstram Carrara (2010), Rios (2013, 2018a), Almeida (2017). Os discursos mais frequentes dos religiosos mais conservadores (Católicos e Evangélicos) são de que se faz necessária a contenção desses avanços do secularismo nos comportamentos e nos valores.

Por fim, Almeida (2017) entende que “diferente da visão mais estereotipada dos evangélicos como afirmado anteriormente, os fiéis são mais tolerantes e menos

rigorosos no plano das relações interpessoais do que aparentam os que dizem representá-los no sistema político.” Dessa forma, temas polêmicos ao mundo evangélico, como aborto e homossexualidade, entre pessoas próximas são mais transigidos na vida cotidiana do que defendidos no espaço público (compreendido como visibilidade legítima e ordenamento jurídico). Almeida entende que isso não é uma característica própria tão somente dos evangélicos, mas diz respeito ao conservadorismo da própria sociedade brasileira, que lidaria de forma mais flexível nas relações interpessoais e com maior rigidez de valores morais no espaço público.

Essa atitude mais “flexível”, acredito que possa ser atribuída ao que Duarte (2013) fala a respeito da constituição de um *ethos* privado, baseado nas relações entre dois valores: o do “naturalismo” e do “subjativismo”, em um contexto de existência de um verdadeiro “mercado moral”, para além do “mercado” religioso expandido que se reconhece sem esforço. Esse mercado moral se coloca como decisivo e anterior ao mercado religioso quando da decisão de conversão (DUARTE, 2006).

Sobre os dois valores acima citados, o subjativismo “é uma espécie (ou várias) de aproximação seletiva à configuração individualista, em que um sentimento de autorização de opções pessoais cresce em relação às formas hierárquicas tradicionais, sem que estas sejam colocadas necessariamente em cheque” (DUARTE, 2013). Logo, abre-se a possibilidade crescente de “interpretação” das normas, públicas ou religiosas, em função das conveniências práticas ou morais do sujeito. Moral essa que não escapa das construções de seu tempo e as tensões que permeiam a sua construção. Já o naturalismo, “parece corresponder a uma crescente disposição em distinguir os preceitos morais de alguma base “natural” dos valores”. Por fim, Duarte (2013) entende que esses movimentos são detectáveis na observação das características da experiência atual do *ethos* privado, que pode ser didaticamente dividido em dois níveis: o primeiro, que ele denomina de “grandes questões morais controversas” (aborto, contracepção, reprodução artificial, homossexualidade e eutanásia), e o segundo, o das micropolíticas do gênero e da sexualidade (DUARTE *et al*, 2006).

2 DA CATEDRAL ANGLICANA DO RECIFE ÀS REDES SOCIAIS

Neste capítulo, trabalho a questão do campo de pesquisa. Para tanto, reconstruo os caminhos e descaminhos da minha inserção na DAR, as principais vias de acesso às lideranças da igreja e aos fiéis. Pensar a inserção é pensar o próprio campo e mesmo a etnografia. Dessa forma, busco refletir sobre o trabalho etnográfico desenvolvido em um contexto urbano, privilegiando uma contextualização da igreja em termos de classe social, gênero e geração. Aqui também é o momento de apresentar a sistematização dos dados de pesquisa, quanto aos espaços de observação e à realização das entrevistas, assim como os sujeitos e grupos com quem tive um contato mais duradouro e maior acesso.

Essa imersão responde pela maior aproximação com o método antropológico, da observação participante e com aprendizado do fazer etnográfico. Porém, não será no convívio junto a Catedral Anglicana e nem na troca com os líderes e fiéis da igreja que a aproximação com os dilemas em torno da sexualidade aparece. A paz que reina no ambiente de culto contrasta completamente com a efervescência do assunto nas redes sociais. Nesse sentido, faz necessária um detalhamento dos desdobramentos da pesquisa no ambiente virtual. Trarei algumas referências teóricas que fundamentam uma abordagem do tema da sexualidade e das disputas políticas no interior Igreja Anglicana através da pesquisa na internet. Através da rede, tive acesso privilegiado a documentos e debates públicos da igreja em nível nacional e internacional. A discussão metodológica específica reflete a grande importância que as informações disponíveis em sítios eletrônicos, redes sociais, particularmente o Facebook, trouxeram a construção do trabalho. A repercussão de eventos variados, os comentários postados, uma série de artigos de opinião, vídeos veiculados das celebrações, todo esse material contribui para o adensamento da descrição quanto às construções morais sobre sexualidade, particularmente a homossexualidade, e as idas e vindas de abertura e fechamento da igreja à inclusão ou não de homossexuais.

2.1 Pensando o lugar do pesquisador – entre idas e vindas na construção do caminho metodológico

Num clássico da disciplina de Evans Pritchard (2004), o pesquisador inglês mesmo sem se interessar por magia e mesmo não acreditando na mesma, por sua observação de campo e conversas com seus “informantes privilegiados” começa a pesquisar o tema. Como tal, meu trajeto em campo é marcado pela mudança no que olhar e, principalmente, passa por ouvir as variadas vozes vindas do campo. Na fase de elaboração do projeto e execução de algumas explorações etnográficas, pensava que discutiria a questão da inclusão de homossexuais na igreja Anglicana. Fui movido por algumas certezas, fruto de trabalho desenvolvido anteriormente sobre o qual explano um pouco mais adiante. No início do percurso de pesquisa, sem perceber, buscava aquilo que os meus olhos queriam ver, que os meus ouvidos desejam ouvir e, finalmente, o que eu ansiava escrever.

O desenvolvimento do trabalho de campo e as conversas com minha orientadora mostraram-me que eu estava completamente enganado. Se eu deveria seguir em frente na interface entre religião e sexualidade, essa discussão não seria unicamente sobre inclusão, mas sim, sobre o lugar da sexualidade nas disputas políticas no interior da igreja. Diversidade é uma a palavra que muitas vezes ouvi e li durante o trabalho de campo e que parece ter incontáveis definições quando se trata do cenário anglicano, abarcando discussões de gênero, sexualidade, eclesiologia, dentre outras. Também tive de estar atento às questões da política interna, uma vez que durante a realização do trabalho aconteceu mais uma ruptura da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade frente a DAR, tendo, dentre outros motivos, a questão da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo como um dos polos em disputa.

Antes de tratar das situações observadas e a sua análise, gostaria de, em poucas páginas, retratar um pouco da experiência do trabalho de campo e as escolhas metodológicas realizadas.

O trabalho de campo foi desenvolvido na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, no bairro do Espinheiro, em Recife-Pernambuco sendo os interlocutores em sua maioria são de classe média alta. Os dados do IBGE (2010) apontam para

que o bairro do Espinheiro, onde se localiza a Catedral, é um dos que apresenta melhores indicadores de renda e escolaridade. No entanto, a partir de Bourdieu (2007), penso classe social aqui em um sentido muito mais amplo, que vai além das estatísticas socioeconômicas. Mas que vislumbra o capital cultural, simbólico, os gostos, gestos, ideias, preferências. Todos esses elementos que facilitam a circulação dentro do próprio grupo e promovem a aproximação entre esses atores. Aqui, destaco a noção de capital informacional de Bourdieu (2005) e de como a circulação de ideias e construções culturais em comum fazem com que o sujeito – indivíduo, família - se entenda como participante de determinado grupo social e compartilha com esse grupo um certo entendimento de mundo e da realidade a partir do seu lugar cultural.

Morando em Maceió-Alagoas e tendo Recife-Pernambuco como local de pesquisa, os quase 260 quilômetros de distância eram sempre um caminho de construção de expectativas e reflexão sobre as situações observadas. A prospecção de novos interlocutores e informações relevantes se fazia sempre em meio às surpresas e perigos de uma BR-101 em processo de duplicação, mal sinalizada e com motoristas nem sempre prudentes ou educados. Nessas idas e vindas de Recife, a figura de meu companheiro, João, me instigava em relação ao trabalho, por meio de uma palavra jogada despretensiosamente, e ao mesmo tempo ajudava a descontrair a tensão e as expectativas que cada ida a campo traziam consigo.

Aqui destaco o papel de meu companheiro João nas incursões a Recife para a realização da pesquisa. Mais do que simplesmente me acompanhar até o campo, ele em diversas ocasiões participou comigo de celebrações e reuniões. À princípio sua participação não foi de todo refletida metodologicamente. Após a primeira visita, uma questão que se colocou foi a da enunciação de nossa orientação sexual, quer como instrumento político, quer como estratégia metodológica. Por um lado, eu tinha receio que essa enunciação pudesse fechar portas e dificultar o trabalho de campo. Recordo aqui o trabalho de Fátima Weiss (2013) que pesquisando em uma igreja inclusiva de São Paulo temia passar despercebida enquanto pesquisadora, por ser confundida como mais uma frequentadora que ia a igreja com sua esposa já que ela inicialmente ia acompanhada por uma prima, que imediatamente foi vista como sua esposa. Meu medo era o oposto, ficar em evidência e me expor

desnecessariamente, podendo trazer riscos ao desenvolvimento da pesquisa. Por essa razão optei por uma estratégia mista, na qual combinaria com meu parceiro previamente a quem e em que situações nos afirmaríamos como um casal homossexual. De forma geral, a postura adotada foi a seguinte: para os clérigos, que entendíamos estar mais afinados com o discurso oficial inclusivo da IEAB, logo no primeiro contato nos apresentávamos enquanto um casal. Para os leigos, em um primeiro momento nos reservávamos de falar a respeito, mas caso nos fosse questionado, afirmávamos nossa condição de casal.

Quanto a ir a campo acompanhado, destaco aqui o caso de Olívia Von der Weid (2015) que realizou sua pesquisa em casas de swing, contando com a presença estratégica de um amigo que ela apresenta como “namorado”. O acompanhante namorado é uma figura que passa segurança para a pesquisadora em um ambiente que ela receia o risco de sofrer abuso sexual e possibilita uma oportunidade de interlocução e interação facilitada com outros casais. Outra face dessa mesma estratégia, pode ser melhor explorada nas situações em que ia campo sozinho.

Participar das celebrações ou reuniões desacompanhado servia para analisar qual a postura dos interlocutores comigo e como eles me abordariam na ausência de João. Ainda que eu não possa assegurar se as pessoas nos viam como um casal, é fato que nas ausências de João em campo, eu era questionado sobre seu paradeiro e se ele estava bem, logo concluísse que as pessoas nos associavam. O que posso constatar é que, tanto clérigos quanto fiéis da Catedral não nos trataram como um casal. Mesmo nos casos em que nos colocamos como tal, esse tratamento não nos foi dispensado. Cito o exemplo da entrevista que realizei com a Revda. Teresa. Após mais de 1 hora de entrevista em seu escritório e ela sabendo da presença de João que me esperava na antessala e de já termos nos apresentado como casal para ela, ela não faz menção de cumprimentá-lo. Imagino que caso fosse acompanhado por esposa ou namorada a situação seria diferente, haja vista que várias vezes vi a reverenda saudando os casais, todos heterossexuais. Em comparação, ao entrevistar Dom João Câncio, bispo da DAR, ele fez questão de cumprimentar seu xará, assim como outros clérigos não vinculados à Catedral. Essa validação ou ausência dela, nunca nos incomodou

enquanto casal, mas é sintomático da tratativa dos grupos sobre a presença e reconhecimento de homossexuais na igreja.

2.2 A Catedral Anglicana da Santíssima Trindade

A Catedral Anglicana da Santíssima Trindade é uma comunidade das mais antigas da Igreja Anglicana no Nordeste do Brasil, acompanhando os movimentos dos primeiros ingleses no país. Nos documentos da diocese consta que Holy Trinity Church foi o primeiro templo anglicano no Recife. Erguida em 1838, no local onde hoje se encontra o edifício Duarte Coelho e o Cine São Luiz, na esquina com a Rua da Aurora, atual bairro Boa Vista. Em 1946 foi transferida para a Rua Carneiro Vilela onde permanece até hoje como templo da Igreja Episcopal Carismática. O primeiro líder religioso brasileiro a assumir a Paróquia da Santíssima Trindade em Recife, foi designado quando esta foi elevada à condição de Diocese em Setentrional em 1975 (englobando os Estados do Nordeste, além do Pará e Amazonas). Posteriormente, passará a ser nomeada Diocese Anglicana do Recife (DAR) quando da criação da Diocese Anglicana da Amazônia.

A Catedral Anglicana da Santíssima Trindade se localiza na Rua Alfredo de Medeiros, 60, no bairro do Espinheiro, Recife, Pernambuco. O bairro do Espinheiro, segundo dados do último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, disponibilizados e sistematizados no sítio eletrônico da Prefeitura de Recife, apresenta uma área total de 73 hectares quadrados, com uma população estimada de 10.438 habitantes. O Bairro tem a maioria da sua população branca, alfabetizada, com um rendimento médio mensal por domicílio de R\$ 7.299,96, sendo assim classificado como de classe média a média alta no quesito renda.



Figura 1: Mapa do Bairro do Espinheiro em Recife, imagem extraída do Atlas Metropolitano.

A bonita rua Alfredo de Medeiros, onde se situa a Catedral, é uma rua residencial, com algumas belas e amplas casas e que vem passando por um processo de verticalização, daí os altos prédios residenciais que se destacam na paisagem. A rua é asfaltada, tem trânsito em duas mãos e faz esquina de um lado com a movimentada Avenida João de Barros e do outro com a pacata Rua Alfredo de Carvalho. Cercada de belas e grandes árvores verdes, dá uma aparência de segurança – sensação incomum em das capitais mais violentas do Brasil –, com pessoas conversando à porta de casa. Ainda que a rua seja tranquila, é costumeira dificuldade em se conseguir vaga para estacionar, ainda que os dois lados sejam utilizados muitas vezes.

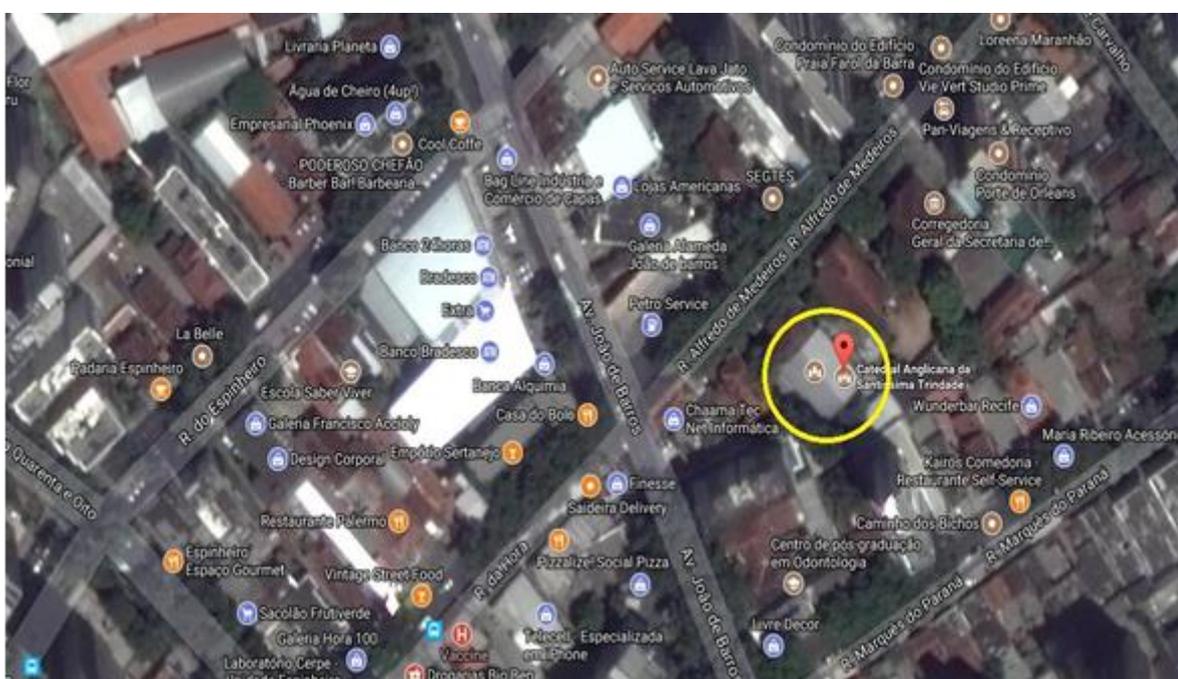


Figura 2: Vista aérea da Catedral Anglicana e redondezas, imagem extraída do Google Maps.

O templo não se destaca na paisagem, ofuscado talvez pela copa das árvores que sombreiam a rua. Ao seu lado fica uma residência, à direita, e um pequeno restaurante popular, à sua esquerda. Junto com o posto de gasolina que fica a frente da Catedral e faz esquina com a Av. João de Barros, o pequeno restaurante tem um intenso movimento. Geralmente o público é de senhores aposentados que passam o tempo conversando, jogando algum jogo de tabuleiro e falando sobre amenidades.

O novo endereço, inaugurado em 2005, não traz a aura da imponência que se imagina de Catedral, nem parece ser a sede de uma igreja histórica tradicional que tem presença em Recife desde meados do século XIX. A imponência arquitetônica e a herança histórica permaneceram na antiga sede da Catedral, localizada na Rua Carneiro Vilela, também no bairro do Espinheiro, hoje a Igreja Episcopal Carismática do Brasil. Segundo Cristina Queiroz (2004) após a ruptura de 2002, os fiéis que seguiram ligados a DAR buscaram de todas as formas conseguir um espaço no antigo bairro. Finalmente, após um período em que a comunidade se organizou em Boa Viagem e também realizava encontros nas casas dos fiéis, eles conseguem alugar uma casa no bairro. A princípio simples, a casa passa por reformas até chegar a estrutura atual. O prédio, no entanto, ainda é alugado.

Mas se a tradição é inventada (HOBBSAWM; RANGER ,1984), ainda que o prédio seja novo e não tenha a aparência que se imaginaria, mantém o peso simbólico de ser a “igreja do bispo”, a sede de toda a diocese no Nordeste com suas Paróquias, Comunidades e Pontos Missionários. O bispo devido às ocupações de supervisionar todas as igrejas no Nordeste pouco aparece por lá, ficando o cuidado da Catedral entregue ao deão, presbítero responsável, e uma auxiliar. Essas posições são ocupadas respectivamente pelo Rev. Sérgio e pela Revda. Teresa. O espaço em que o templo estava situado entre 2003 e 2017, resulta de uma organização das lideranças remanescentes da Catedral, que decidiram permanecer ligados a DAR após a ruptura do grupo carismático em 2002.

O terreno é amplo e tem a frente fechada por uma grade de ferro pintada em verde, que permite a visão do jardim frontal e da lateral onde ficam algumas salas e de um espaço de reuniões aberto que fica ao fundo. A área onde se celebram os cultos é ampla. Apresenta um pé direito elevado, estimo que tenha cerca de 6,0 metros de altura. As paredes laterais são de tijolos até uma altura de cerca de 1,0 metro e os 4,0 metros restantes é preenchido com vidro, sustentado por uma estrutura de colunas metálicas, o que garante uma ótima iluminação do ambiente. A divisão interna do espaço se dá em dois planos: o primeiro em um nível inferior, a nave, que ocupa uma área de 90% do espaço e é destinada ao acompanhamento das celebrações pelos fiéis. Nesse espaço estão dispostos dois blocos de cadeiras de plástico brancas, formando-se assim, três corredores. O corredor central, mais

largo, onde geralmente as pessoas formam fila para receber os elementos sacramentais, e os outros dois corredores laterais mais estreitos que servem de circulação. Ainda do lado direito, desde o lugar ocupado pelos fiéis, próximo do altar, fica uma grande porta de vidro que dá acesso as salas laterais, onde durante as celebrações são realizadas atividades específicas com as crianças, por exemplo.



Figura 4: Nave e Presbitério da Catedral Anglicana do Recife, foto extraída do Diário de Pernambuco (2017)¹

Em um plano mais elevado e central, após se subir três degraus, fica o altar, disposto ao fundo do templo. O altar tem uma mesa ao centro, sete cadeiras ao fundo – sendo a central maior e mais destacada, destinada ao presidente da celebração. Também apresenta do lado direito, uma estante de ambão para a realização de leituras e, do lado esquerdo um púlpito de onde se dirige a pregação. Rente a parede de fundo, uma grande cruz, de cerca de 2,0 metros chama a atenção. Nas áreas laterais, em um plano inferior, mas um pouco mais elevado que a nave, fica a área destinada ao grupo de música. Geralmente os instrumentos utilizados são a bateria, que fica retida em uma redoma acústica de vidro, podendo

¹ Disponível em: <<
http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/suplementos/educacao-e-religiao/2017/01/21/interna_educacaoereligiao,161927/unidos-para-o-bem-das-comunidades.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

assim moderar o som; guitarra, baixo, violão. Além do vocal. Por fim, na lateral direita, no canto superior fica localizado um grande telão onde é projetado o texto do rito, a indicação das leituras bíblicas, a letra das músicas que estão sendo executadas e também alguns avisos ao final.

A decoração é temática, conforme determina o calendário litúrgico do ano. Assim sendo, as cores que ornaram a mesa do altar, o púlpito e o púlpito variam conforme o período do ano e a festividade celebrada. Ao fundo, rente a parede, existem duas pequenas colunas de cerca de 1,0 metro onde geralmente se colocam jarros de flores. Sobre a mesa do altar, sempre coberta horizontalmente por uma toalha branca, ficam os objetos litúrgicos e o livro de culto.

O templo atual passou pela última reforma e ampliação em 2007. Porém, até chegar ao estágio atual era apenas uma simples casa. Cristiany Queiroz (2004, p. 158) relata como se deu o processo de mudança para o prédio atual, ainda sem grandes melhorias.

Após sete meses na Paróquia do Bom Samaritano em Boa Viagem, a comunidade anglicana conseguiu alugar uma casa no bairro do Espinheiro. Esta casa foi transformada no Templo da Catedral Anglicana. Toda a comunidade prestou solidariedade na doação de mesas, cadeiras, computadores, materiais para escritório, livrinhos infantis para a Escolinha Dominical, berços para o berçário, sem contar com a mão de obra dos membros que fizeram questão de realizar a faxina no local. Foi um marco na vida dos anglicanos após o cisma, como muitos colocaram: agora estamos no nosso cantinho. Foi um recomeço na vida desta comunidade.

Quanto aos recursos, Revda. Teresa deixa bastante claro o templo foi construído graças à iniciativa dos membros remanescentes. Ela firma que a diocese, a IEAB e a Comunhão Anglicana nunca contribuíram financeiramente com a Catedral e que as reformas e aluguel são pagos graças às contribuições dos fiéis, o que torna a Catedral independente frente a Diocese, podendo se posicionar de forma independente.

2.2.1 A paz da celebração dominical

De uma forma geral a celebração mantém uma estrutura mínima que é regulamentada pelo LOC – Livro de Oração Comum da IEAB (IEAB, 2015). Em certa

medida muito dessa estrutura geral do culto me era familiar. Ainda que eu não lembrasse ou soubesse alguns hinos, as posturas, símbolos e rituais não me eram totalmente desconhecidos e, ao menos, à primeira vista eu não me sentia tão deslocado – ainda que não me sentisse totalmente à vontade. Semanalmente são celebrados dois cultos aos domingos. Conforme um interlocutor me relatou e eu pude averiguar posteriormente, o culto matutino que inicia as 09:00 horas conta com um número maior de famílias e crianças, também de pessoas mais idosas. Já o culto do final da tarde, com início às 17:00 horas tem uma maior presença de jovens. Todavia, de modo geral, o culto segue a mesma estrutura. Exceção talvez possa se dizer do ritmo que acompanha as músicas, que são mais agitadas e em um tom mais alto. Em geral, a maior afluência de pessoas se dá poucos minutos antes do início da celebração e mesmo durante os ritos iniciais já em andamento.

Ao se chegar ao templo, geralmente se é recebido com um abraço, um bom dia ou boa tarde, um grande sorriso no rosto e então se recebe o boletim da celebração onde constam as leituras do dia, os dias e horários das principais atividades da semana, a relação dos aniversariantes e os contatos do Rev. Sérgio e da Revda. Teresa. Também, na primeira página se encontra uma pequena reflexão sobre um tema da atualidade que repercutiu durante a semana ou o mês. A discussão de questões políticas, sociais e ambientais se fazem ver nesse espaço com muita frequência. Em geral, o texto é redigido pelo Rev. Sérgio, mas eventualmente se encontram trechos de reflexões de outros pastores, inclusive de outras igrejas.

À medida que meu rosto era mais reconhecido e minha frequência já contada como certa, esse rito de saudação inicial vinha por vezes acompanhado da pergunta do “por que não veio semana passada? Aconteceu alguma coisa?”

Os fiéis geralmente não trazem bíblias consigo, pois que nas cadeiras são dispostas várias bíblias de capa preta e dura, algumas um tanto surradas pelo tempo e nem sempre a tradução é a mesma que a usada durante a leitura. Duas são as versões básicas de bíblias utilizadas durante as celebrações, ambas editadas pela Sociedade Bíblica do Brasil (SSB), a Almeida Revista e Atualizada (ARA) e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH). A segunda apresenta uma linguagem atualizada, mais clara e menos rebuscada. No entanto, é a primeira versão a mais utilizada, mesmo com sua linguagem mais clássica e carregada, com

terminologia por vezes difícil. Talvez possa se atribuir o uso da versão de Almeida Revista e Atualizada devido ser essa a versão padrão entre a maioria das igrejas protestantes tradicionais, pentecostais e neopentecostais.

Longe da imagem que se tem dos fiéis das igrejas pentecostais e neopentecostais trajando ternos escuros, ainda que em meio do verão nordestino, os fiéis anglicanos em geral vestem-se um tanto quanto casualmente. Para os homens, uma camisa polo e uma calça jeans fazem sucesso. Muitas mulheres também se vestem de forma básica com uma calça de jeans ou outro tecido mais leve e uma camisa feminina, geralmente com estampas coloridas no caso das senhoras mais idosas e mais decotadas no caso das mais jovens. Os adolescentes e as crianças muitas vezes vestem bermudas e camisetas sem nenhum constrangimento e sem nenhuma coação.

O desenrolar das celebrações de um modo geral é marcado pela postura sempre ativa das lideranças eclesiais e quase sempre passiva dos fiéis leigos. A posição de destaque do altar, mais elevado, com uma decoração especial, suas cores e luzes, com a grande cruz ao fundo, fazia com que mesmo o celebrante, Rev. Sérgio, tendo cerca de 10 centímetros a menos do que eu – em comparação eu tenho 1,73 metros de altura – parecesse um “gigante”. Sua postura sempre decidida, a eloquência durante as pregações e seu carisma causa grande impacto à primeira vista. Tanto é assim que quando da sua ausência, observa-se uma diminuição da frequência em torno de 20% a 30%. Foram algumas as ausências do Rev. Sérgio devido às viagens que este realizava, já que o mesmo mantém intenso diálogo com outras igrejas e comunidades eclesiais pelo Brasil.

A frequência média gira em torno de 80 (oitenta pessoas) pela manhã e ultrapassa as 100 (cem) pela noite. O templo comporta confortavelmente a sua lotação total, ainda que seja raro isso acontecer. Geralmente em celebrações festivas, casamentos, batizados. No entanto, o ambiente claro, amplo, com um bom sistema de refrigeração torna a experiência agradável, ainda que as cadeiras de plástico seja desconfortáveis.

Antes do início propriamente da celebração há um momento liderado pelo “ministério de música” que, em um tom bem próximo dos cultos pentecostais, executa algumas músicas em tom mais festivo, ora de olhos fechados e de braços erguidos em tom de preparação para o início da celebração. Nada

muito longo tinha uma duração máxima de uns 10 minutos. Logo em seguida acontece a entrada dos celebrantes pelo corredor central. Os celebrantes trajam vestes tradicionais de celebrantes do culto: uma alva branca que lhes cobria desde o pescoço, passando pelos braços, tronco e pernas, até o calcanhar. Sobre esta alva fica uma pequena faixa de tecido colorida, a estola, com a cor do período litúrgico correspondente.

Após as palavras iniciais de saudação e oração inicial oficiadas pelo dirigente, mais alguns hinos são cantados e segue-se o momento da confissão dos pecados. Seu propósito é trazer à lembrança fatos do cotidiano, questões sociais, posturas e entendimentos frente ao mundo. A oração de perdão é coletiva e os celebrantes tomam parte como a assembleia, ainda que a sua posição seja destacada. Logo após, as crianças são conduzidas por algumas mulheres encarregadas para as salinhas que ficam na saída lateral direita da Catedral, onde será desenvolvida uma celebração especial para elas.

No templo principal, segue as orações, hinos e leituras, geralmente três: um salmo, um trecho que pode ser do antigo testamento ou uma das epístolas do novo testamento e, por fim, um trecho do evangelho. Chega-se assim ao momento da pregação. O silêncio é absoluto e a atenção de todos se volta para o pregador(a). Pelo microfone ressoa a voz do pregador(a) que conclama, repreende, conta anedotas, faz comparações com eventos comuns da vida cotidiana, anima os fiéis a adotarem tais e quais posturas. Várias são as questões sociais levantadas como a exclusão social, a violência urbana, a violência doméstica, são lembradas as questões políticas (marcadamente da política nacional). Uma oração, ao final, conclui esse momento, geralmente em um tom de reflexão e conclamando a uma mudança de atitude. Em geral, essa parte ocupa cerca de 20 minutos.

Logo após a pregação, segue-se o momento das ofertas em que os fiéis são lembrados de sua responsabilidade para com a manutenção do templo e a ação social desenvolvida. Ajuda esta que pode ser feita através da doação em espécie, nas sacolinhas que passam entre as fileiras de cadeiras. Também se pode fazer um depósito em conta ou mesmo o uso dos cartões de crédito e/ou débito recorrendo ao tesoureiro da Catedral que fica localizado à entrada do templo nesse momento com a máquina a postos. Confesso a minha surpresa com o que para mim era uma inovação na forma de se recolher ofertas durante a celebração.

Em seguida, inicia-se a celebração da eucaristia ou comunhão. Nesse momento o enfoque dado tanto pelas falas dos dirigentes da celebração quanto pelas posturas dos que constituem a assembleia é de uma grande reunião em que todos são convidados a participar. O momento da oração do “Pai-nosso” em que todos se dão as mãos, os efusivos abraços no momento da “saudação da paz”, ainda que em um completo desconhecido que se faz presente pela primeira vez, e o convite – quase ordem! – à participação da distribuição dos elementos do pão e vinho (na verdade, hóstias embebidas em suco de uva) mostram o que se deseja apresentar da celebração. Uma noção de irrestrita inclusão de todos, segundo sua diversidade, diferenças, opiniões.

Nas primeiras celebrações, não me sentia à vontade para participar do momento da comunhão. De certo, minha já citada experiência traumática no seio eclesial voltava à mente, assim como, de certa forma, não queria alimentar o anseio quase sempre presente nas falas de meus interlocutores, de que eu pudesse vir a me filiar ao Anglicanismo naquela comunidade. A exemplo da experiência de Fátima Weiss (2012) sentia uma necessidade de me apresentar como pesquisador e a todo o momento reafirmar isso perante meus próprios olhos e de meus interlocutores. No entanto, esse esforço por assim dizer científico parecia trazer certo desconforto a esses mesmos interlocutores, o que ao fim e ao cabo, dificultava o acesso a eles. Metodologicamente também refleti sobre o papel do pesquisador imerso em campo e da sua atuação. Como eu poderia fazer uma observação participante se eu me negava a participar? Por fim, vencendo meus constrangimentos pessoais, ainda que um tanto a contragosto particular, decidi participar do momento da comunhão, e isso fez com que estes interlocutores seguissem com uma atitude simpática quanto a mim.

Boa parte do trabalho de campo se organizou em torno da frequência às celebrações cúlticas. Não se trata apenas de observar as ações, mas também de uma disposição à conexão com os sujeitos. O abraço recebido e dado, o olhar acolhedor, a música que rememora alguma experiência religiosa do passado, tudo isso demonstra como participação é o principal elemento que organiza a observação em campo.

2.2.2 Os “Homens que Oram”

Além dos momentos cúlticos, mais formais, as reuniões de departamentos ou grupos da igreja foram bons momentos para explorar os objetivos da pesquisa. Particularmente, a participação no momento de oração dos homens realizado quinzenalmente aos sábados, iniciando às 07:30 horas. Tive uma entrada privilegiada nesse grupo, o que me fez ver que o recorte de gênero e etário seriam essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

Beirando os 30 anos eu não me encaixava na faixa etária que predominante gira em torno dos 40 a 50 anos e na classe social, sendo em sua maioria o grupo formado por profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos de classe média a média alta. Mas, a familiaridade religiosa possibilitou que eu fosse visto como uma espécie de aspirante. As conversas foram sempre fluidas e muitas vezes descontraídas. Contatos feitos a partir dessas reuniões facilitaram o acesso aos outros membros e as lideranças eclesiais. Apareceram questões de gênero em que se justificava a existência de um grupo só para homens, a partir dos temas discutidos que atenderiam as demandas daquilo que se espera de um homem cristão.

O grupo se reúne nas dependências que ficam ao fundo do terreno da Catedral. O espaço é de um terraço coberto que fica sob a sombra de uma grande mangueira que em determinada época torpedeia o telhado com grandes e cheirosas mangas espadas caídas ao sabor do tempo e do vento. É organizado um círculo com algumas cadeiras de forma que todos vejam a todos. A frequência é bem irregular, com encontros realizados entre 8 pessoas a encontros com mais de 30. O momento é visto como favorável a que se convide homens que não fazem parte da Catedral.

Sendo um grupo formado por leigos nem sempre a figura do Rev. Sérgio Andrade se faz presente. Há uma liderança própria escolhida entre os homens que coordena as reuniões e seleciona os temas e textos a serem trabalhados., em geral com a orientação do Rev. Sérgio.

Antes de se iniciar a reunião acontece a apresentação de todos os que compõe o grupo. A reunião inicia com o canto de alguns hinos religiosos mais

populares entre os grupos evangélicos – particularmente de alguns cantores *gospels* que estão fazendo sucesso no momento –, haja vista que não se tem hinários ou folhetins que tragam a letra dessas músicas. O acompanhamento é feito através do violão. Logo após, segue-se um momento de oração, em um tom de preparatório e de confissão de pecados. Logo em seguida, mais um ou dois hinos são cantados e após, um breve momento de silêncio, a leitura de um trecho bíblico. Podem-se notar certas posturas mais ligadas a grupos pentecostais como elevação de mãos, pregação por parte de leigos, uma maior liberdade de expressão da religiosidade e de comentários é facilmente notada.

Após a leitura todos são chamados a contribuir com a reflexão. Algumas figuras se destacam nesse momento e trazem reflexões mais elaboradas a partir de uma interpretação bíblica ou dogmática mais aprofundada. Em geral, as falas relacionam o conteúdo do texto lido a vivências passadas desses sujeitos e que eles creem poder associar uma lição exemplar desse evento.

Diante de um grupo de masculino e de meia idade, meu parceiro e eu decidimos adotar a postura de silenciar, naquele primeiro momento, sobre nossa sexualidade, por entender que nesse ambiente em especial a recepção seria prejudicada pela questão do machismo. Ao que me parece nosso receio se mostrava com certo fundamento quando ao final da primeira reunião, em um momento de lanche coletivo e conversa mais aberta, um senhor veio rindo me contar o seguinte caso: “Fulano conhece muito de teologia e um dia, em uma das reuniões, começou a falar de um tal Boff (refere-se ao teólogo católico Leonardo Boff), então era Boff pra lá, Boff pra cá. Disse a ele que tomasse cuidado, pois que se alguém que chegasse de repente sem saber do que se tratava ia pensar outra coisa dele.

Com essa situação em vista, ficamos com os dois pés atrás em seguir meu plano de enunciar nossa sexualidade e eu de propor uma discussão em algum dos encontros sobre essa temática. Ao mesmo tempo isso me dava uma pista da divisão que havia entre um discurso oficial de acolhimento da diversidade e aquilo que a base dos membros da Catedral expressavam.

2.3 A guerra nas redes sociais

Para além dos momentos de celebração e reuniões, a pesquisa em sítios eletrônicos e nas redes sociais foi um importante instrumento para a obtenção de dados e estabelecimento de uma rede de interlocução em campo, principalmente para acompanhar os passos da Aliança Anglicana - que será apresentada mais à frente -, e assim, poder obter dados diante de alguns silêncios. Ainda que não seja a proposta do trabalho privilegiar o uso de uma etnografia virtual ou netnografia, é fato que o uso extensivo desses meios pelos interlocutores e a relevância dos dados que puderam ser acompanhados tornaram quase que obrigatória a investida no campo digital. Sendo assim, meu trabalho etnográfico se dá em uma relação pluriespacial, privilegiando diferentes formas de acompanhamento à medida que se desenrolam os eventos que vão resultar na ruptura da Catedral Anglicana do Recife.

Desde pelo menos meados da década de 1970 o uso das novas tecnologias na pesquisa social se fazem presentes. Particularmente no caso na história quantitativa francesa e na sociologia estadunidense sobre violência nos anos de 1980. No entanto, a constituição da internet e das redes sociais criaram um novo campo de pesquisa e análise social.

O acompanhamento das redes sociais (LEITÃO; GOMES, 2017) foi uma estratégia metodológica importante, principalmente no que tange às ações e enunciados públicos de certos atores envolvidos diretamente com o desenrolar dos eventos tratados a seguir. Vale lembrar que etnografia virtual tem ramificações de uso comercial, por profissionais da comunicação, da administração e do marketing para a promoção produtos e eventos para o mercado. Para Jean Segata (2014) há a dissociação entre objetivos da comunicação e da antropologia quanto a pesquisa devido os respectivos objetivos que as disciplinas intentam: enquanto a antropologia se vale da netnografia para refletir sobre o fazer etnográfico no mundo contemporâneo, a comunicação entende a netnografia como um modelo metodológico privilegiado, como uma refundação da etnografia tal qual adaptação dos moldes malinowskianos.

No entanto, o seu uso nas ciências sociais e na antropologia data desde pelo menos a década de 1990, com o advento e popularização das redes sociais. A

princípio buscava-se o rastreamento de uma cibercultura, própria do campo virtual, no que se destaca a criação de um grupo de pesquisa específico, o GrupCiber (Grupo de Pesquisa em Antropologia do Ciberespaço), na Universidade Federal de Santa Catarina. (RIFIOTIS, 2016).

Nesse contexto, é importante refletir se a etnografia virtual constitui um ramo a parte da etnografia “tradicional”. Para Christine Hine (2004) não, haja vista que nas sociedades contemporâneas o uso e a identificação das pessoas com os fenômenos acontecidos na rede são experimentados de forma que tal que fica difícil separar o real do virtual.

Assim como se delimita o campo de pesquisa e se apresenta suas principais características, deve-se fazer com o ciberespaço, em um processo de adaptação da técnica etnográfica ao mundo virtual. Foram consultados os sítios eletrônicos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (www.ieab.org.br), de seu Serviço de Notícias (sn.ieab.org.br), da Diocese Anglicana do Recife (dar.ieab.org.br) e da Aliança das Comunidades Anglicanas (www.aliancanaglicana.com). Diariamente buscava ver as atualizações que se realizavam nesses canais. Esses sítios eletrônicos eram fontes de importantes para a obtenção de documentos como as cartas e posicionamentos pastorais de parte a parte.

Também o acompanhamento das redes sociais, particularmente do Facebook era uma constante em meu itinerário de pesquisa. Acompanhando as páginas da IEAB, da DAR, da Aliança Anglicana, do bispo primaz do Brasil, do bispo diocesano da DAR, do deão da Catedral, da auxiliar do deão, do interlocutor privilegiado, e finalmente da nova Catedral. Esse acompanhamento em geral me exigia uma dedicação quase diária em alguns períodos. Geralmente a noite reservava esse tempo entre as 20:00 e as 22:00. Muitas vezes, porém, em meio ao conflito crescente e as diversas opiniões que eram apresentadas, tive que me alongar para além das 00:00. O tempo reservado era destinado a ler as publicações e rastrear a repercussão através dos comentários e os conteúdos destes.

Foi através das incursões em meio virtual que pude encontrar um interlocutor que ajudou a mudar os rumos da pesquisa. O primeiro contato que tive com um sujeito homossexual vinculado à DAR foi no dia 6 de dezembro de 2016 por meio da internet. Ao acessar o Facebook, como costumeiramente fazia o para acompanhar as publicações me deparei com um vídeo de pouco mais de três

minutos, em que o Primaz da IEAB relata o ataque homofóbico sofrido por um membro da DAR no dia anterior. A mensagem fala em combate a discriminação às “pessoas homoafetivas”, à violência contra as mulheres e demais grupos oprimidos pela sociedade machista, ao respeito às diferenças. Pede também que se compartilhasse a mensagem e que palavras de apoio e solidariedade fossem dirigidas aquele jovem vítima desse ataque.

Esse evento repentino me fez pensar por um momento que enfim havia encontrado uma nova força para o meu campo – de fato eu estava certo nessa constatação, porém pelo motivo errado. Aqui, ao me deparar com um interlocutor privilegiado, um homossexual declarado, acabarei por discutir muito mais o processo de disputas internas no quesito sexualidade que uma pretensa inclusão idealizada. Assim, logo comecei a rastrear a rede virtual que me desse acesso ao rapaz vítima do ataque. Pelo Facebook consegui o seu contato e então lhe enviei uma mensagem que me levou um longo tempo para formular, haja vista a situação em que ele se encontrava. Ele se mostrou, em um primeiro momento, surpreso, achando que sua história não tinha nada de diferente das de outras pessoas que passaram por uma situação semelhante. Porém, logo sua surpresa se converteu em uma atitude amistosa e de colaboração quando explicitiei mais detalhadamente o porquê de meu interesse e de como se desenrolava a pesquisa. A conversa tomou um rumo pessoal e aí o fato de eu ser homossexual e minha experiência religiosa anterior acabaram por abrir um canal de conversa que permitiu explorar de um outro modo o ataque que ele havia sofrido recentemente.

A partir de então, através do dispositivo de bate papo do Facebook, passamos a nos comunicar muito frequentemente. Meu interlocutor, Geovanny, é homossexual declarado, até então integrava a Catedral da Santíssima Trindade e passou a relatar fatos de sua trajetória religiosa e a dar maiores detalhes do ataque homofóbico que havia sofrido. Logo, nossas conversas foram ganhando um tom bem informal e já não era possível distinguir precisamente quando conversávamos sobre pontos da pesquisa e quando não. Mais à frente, no capítulo 4, trato mais detalhadamente sobre Geovanny e sua experiência enquanto homossexual anglicano em meio ao processo que se desenvolvia.

2.4 Da História à Antropologia

Não poderia finalizar essa apresentação, sem refletir sobre uma outra especificidade metodológica, que envolve as implicações da minha formação como historiador. A partir do final dos anos 1970 na Itália que conexão entre as duas áreas se configura a partir de outras bases, com o desenvolvimento da micro-história. No bojo da Nova História, do resgate de um diálogo interdisciplinar, da ampliação dos horizontes históricos para além da estrutura de estrutura-superestrutura e do sempre necessário esforço teórico metodológico em superar os “grandes temas”, os estudos ligados à cultura e a análise em menor se escala proporcionam um diálogo maior e enriquecimento de ambas as disciplinas.

Assim, Benatte (2007) entende que o diálogo interdisciplinar entre história-antropologia, em linhas gerais, ajuda na construção de possíveis “pontes” entre essas diferentes formas de abordagem da vida social; em que o conceito antropológico de cultura e seu foco no temas da vida cotidiana e das práticas ordinárias se sobressaem nessa determinada concepção de história. Esse olhar antropológico reforça e permite uma visão de história capaz de evidenciar, entre o passado e o presente (a partir do qual necessariamente o historiador observa o passado), toda uma série de descontinuidades e diferenças. Nesse caso, como na micro-história, mais que um olhar específico, localizado geográfica e temporalmente que não consegue ter uma visão global, o foco fica na microanálise que a partir desse ponto específico relaciona e diálogo os eventos locais com o global.

Ele também destaca, entre outras contribuições da Antropologia para a História “um deslocamento significativo em vários planos e níveis: o dos métodos, o dos conceitos, o dos objetos, conteúdos e domínios da história.” Sendo assim, esse contato com o estilo de observação antropológica, a etnografia particularmente, amplia significativamente o campo de reflexão e investigação da História, possibilitando ir além na construção e desde a ampliação do questionário até a recolocação em novos termos do problema da escritura do texto (toda a questão do “retorno” da narrativa).

Irineia Santos (2010) parte de sua experiência enquanto pesquisadora no campo da História das Religiões com enfoque para pesquisa de religiões de matriz

africana e dadas as contribuições dos estudos antropológicos no Brasil para o estudo dessas religiões a autora se aproxima de leituras teóricas e metodológicas que a aproximam da Antropologia. Me identifico com algumas questões propostas pela autora, particularmente no que se refere às questões de método. Sobre esse caminho de construção metodológica, a autora, a partir da sua experiência, diz:

Ou seja, começará a sua busca pelos dados, as fontes. Outro problema. Primeiro ele deverá se adequar aos métodos de coleta de dados. A visita aos terreiros de Candomblé e Tendas de Umbandas, por exemplo, podem ser feitas de diferentes formas. No entanto, a literatura existente coloca-lhe algumas tarefas. Por exemplo, ao ler Roger Bastide fica-se com a impressão que o melhor caminho é fazer um “estudo de caso”, uma monografia sobre “um” terreiro. Quanto mais específico for o estudo, melhor esse seria. Há uma visão sincrônica intrínseca nesse método. Para isso, a pesquisa-participante e a construção dos diários de campo ainda seriam aqueles métodos privilegiados. O pesquisador deveria frequentar a religião como membro para melhor entender seus pressupostos, conhecer seus segredos, etc. O historiador estranha muito esse método. A opção para este seria utilizar uma observação sistemática dos ritos e cultos e fazer entrevistas com questionário aberto (SANTOS, 2010, p. 205).

Enquanto alguém que vem da formação em história e que, assim como essa autora, enfrenta o estranhamento (nesse caso não apenas metodológico, mas teórico), o desafio da adequação metodológica e de suas respectivas técnicas, que a história em alguma medida se apropria, mas que de forma ainda muito tênue. Esse colocar-se frente ao Outro em contato direto e desse contato dizer e deixar dizer algo. A tensão da relação sincronia-diacronia que se reflete em muito no uso do presente etnográfico na escrita – uma dificuldade que vai além da aparentemente fácil atualização do tempo verbal que tanto tempo de revisão me custou –, mas que, se ao mesmo tempo, traz e atualiza o objeto de pesquisa e suas falas, também pode perpetuar os eventos tirando o sentido de processo e de construção.

Assim sendo, a partir da bagagem de historiador e do uso de suas técnicas – por exemplo, a análise de documentos oficiais, a reconstrução histórica e a correlação com os acontecimentos do presente – pude então, e só então, tentar entender onde História e Antropologia se encontravam e se distanciavam na construção deste trabalho. Enquanto antropólogo neófito não prescindi da História, mas a partir do uso de diferentes técnicas, em diálogo com as duas disciplinas, é que surge o terceiro capítulo que busca dar um passo atrás para poder, no último capítulo, desvendar o enredo do conflito que se desenrolava.

3. A SEXUALIDADE COMO “DESCULPA” PARA RUPTURAS E RECONSTRUÇÕES

Esse capítulo se dedica a contextualização das transformações históricas no interior dessa igreja, considerando tanto as movimentações relacionadas ao tema da sexualidade em âmbito internacional quanto à efervescente movimentação interna, na qual o assunto se articula às disputas teológicas e políticas. Para tanto, inicia com algumas informações sobre a história do próprio Anglicanismo. Em seguida, serão retomadas, a partir da literatura socioantropológica, as rupturas que fragmentaram essa igreja no Recife nos anos de 2002 e 2005. Em meio a estas transformações, argumento que o tema da ordenação homossexual emerge como um importante catalizador das disputas políticas no interior da igreja, em nível global e local.

Antes de iniciar, é preciso contextualizar a organização política da igreja para facilitar o entendimento quanto às estruturas a que a Catedral da Santíssima Trindade está inserida. Enquanto sede da Diocese Anglicana do Recife, ela integra a IEAB (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil).

A IEAB é atualmente composta por nove dioceses e um “distrito missionário” (áreas onde a presença anglicana é menor e carece de recursos próprios para seu autossustento). Tem 13 bispos (sendo cinco aposentados) e cerca de 150 clérigos(as) (presbíteros(as) – também chamados “padres” ou “pastores(as)”, dependendo do local. O número de membros é bastante impreciso, pois a teologia anglicana qualifica todos os batizados como membros da igreja, mesmo aqueles que, tendo sido batizados na infância, nunca se incorporaram à vida comunitária. Desse modo, a estatística oficial pode falar em pouco mais de cem mil membros (contando todos os batismos realizados desde 1890). Contudo, a soma dos membros “comungantes” (frequentadores assíduos) e “em plena comunhão” (pessoas que assumem cargos de liderança leiga e contribuem financeiramente com a instituição) talvez não passe de vinte mil em todo o Brasil (CALVANI, 2005).

De acordo com a Constituição da IEAB (2016), a instância superior que define as crenças oficiais é o Sínodo Geral que se reúne a cada quatro anos com a participação dos bispos, representantes clericais e representantes leigos das

dioceses. Ainda segundo esse documento, somente o sínodo pode aprovar, emendar ou reformar os documentos oficiais da igreja que normatizam o culto (LOC, 2015), a disciplina e a doutrina da IEAB (Cânones Gerais, 2016). Logo, a questão da ordenação e casamento de pessoas LGBT têm de passar e ser aprovado pelo Sínodo. Todavia, a IEAB, por fazer parte da Comunhão Anglicana (como é chamada a organização das Igrejas de tradição anglicana em nível internacional), sempre deve tomar suas decisões em processo de consulta e escuta das outras Igrejas que integram a Comunhão Anglicana.

A distribuição das dioceses pelo país pode ser observada no quadro abaixo:



Figura 5: Distribuição das Dioceses Anglicanas no Brasil, imagem extraída do site da IEAB em 2018, site atualmente fora do ar.

3.1 A Comunhão Anglicana

O Anglicanismo surge através da ação do monarca Henrique VIII que primeiro se coloca em oposição ao movimento da Reforma, apoiando a figura do papa como defensor da fé católica; e, posteriormente, adota, ainda que com uma

convicção questionável, a nova fé reformada, principalmente enquanto a nova igreja nacional sob sua tutela não tinha as mesmas pretensões de poder político que o Catolicismo romano tinha. Através do Ato de Supremacia, evento que marca a separação definitiva entre a Igreja romana e a Igreja inglesa, Henrique VIII, torna-se o chefe da Igreja inglesa em 1534.

Segundo Collinson (2006), nos anos seguintes é que se vai estruturando a feição desse Anglicanismo nascente, a partir do contato com os protestantes da Europa continental, luteranos e calvinistas. Aqui se destaca a figura de Thomas Cranmer, que reformulou a liturgia anglicana, redigindo o primeiro Book of Common Prayer de 1549 e elaborando a declaração doutrinária básica. Esses dois documentos ainda trazem consigo forte significado no mundo anglicano, sendo reivindicados como marcas na identidade e pertencimento a esse ramo do protestantismo.

Segundo o mesmo autor, desde o seu surgimento, no século XVI, o Anglicanismo tenta equilibrar duas diferentes tradições religiosas: o Catolicismo pré-reformado, sobretudo na liturgia e organização hierárquica e a influência de grupos protestantes. Esse movimento conciliatório ganha tons de dramaticidade com o revezamento de posturas dos monarcas que sucedem Henrique VIII quanto ao movimento da Reforma, seguindo o princípio do "*cuis régio eius religio*", que expressa o entendimento político-religioso de então, segundo o qual, a religião do príncipe deveria ser seguida pelos seus súditos. Somente com a chegada de Elizabeth I (1558-1603) ao trono é que definitivamente o Anglicanismo se estabelece, criando o cenário favorável a que posteriormente fosse redigido o último Book of Common Prayer (1662) e se inaugura uma perseguição religiosa que visa estabelecer definitivamente o Anglicanismo enquanto Igreja Nacional única, que buscasse conciliar diferentes posturas religiosas.

Para o cientista da religião e historiador, Calvani (2005) "via média", é expressão através da qual se busca definir a identidade do Anglicanismo num meio-termo entre o Catolicismo romano e o Protestantismo clássico. O que pode ser observado através de um conjunto de peculiaridades: a existência de bispos com sucessão apostólica, assim como no Catolicismo romano, além de reverendos e diáconos. Mas, semelhante ao Protestantismo, não se exige de ninguém o celibato. Como no Catolicismo, o centro da vida litúrgica é o altar e a comunhão eucarística,

mas grande ênfase é dada à pregação. A terminologia é tipicamente católica (Diocese, Paróquia, Eucaristia, etc.); mas, ao mesmo tempo, permite-se que padres sejam chamados de “pastores”, que a missa seja designada “culto” ou que a eucaristia seja chamada simplesmente “santa ceia” ou “ceia do senhor”, tal como no protestantismo. (CALVANI, 2005)

Dessa tensão entre Protestantismo e Catolicismo dentro do Anglicanismo é que se formam diferentes grupos que se alinham a partir dos referenciais católicos ou protestantes (evangélicos). Calvani (2005) sintetiza em 3 grandes grupos essas tendências: A primeira é a dos anglo-católicos tendem a enfatizar a tradição anterior à Reforma do século XVI, principalmente a Patrística, e se aproximam dos católicos romanos e ortodoxos. Dão muito valor aos ritos sacramentais e símbolos litúrgicos. Sua eclesiologia é mais institucional, afirmando que o episcopado é essencial à existência da Igreja. No Brasil, muitos conversos anglicanos são advindos dos movimentos sociais da Igreja Católica (p. ex. Pastoral Educacional, Pastoral da Saúde, CEB's) que sentiam uma perda de espaço dentro dessa instituição em detrimento a outros grupos, como a Renovação Carismática.

A segunda tendência é a dos “evangélicos” que enfatizam os princípios da Reforma Protestante (sola scriptura, justificação pela fé, regeneração), centralizam-se na pregação, preferem uma liturgia menos formal e interpretam os sacramentos numa linha mais calvinista ou luterana. Defendem uma eclesiologia orgânica que aceita o episcopado não como “essencial”, mas como funcional para a administração da igreja. Geralmente são mais conservadores nos costumes e, no caso brasileiro, muitos apresentam um alinhamento próximo ao das igrejas pentecostais, principalmente no quesito da moralidade.

Por fim, os chamados “liberais” podem ser oriundos do anglo-catolicismo ou da ala evangélica, mas seus referenciais teológicos são encontrados no século XVIII e XIX, enfatizando princípios do humanismo e do racionalismo. Prezam a razão, a intelectualidade, a cientificidade, uma interpretação mais social do Reino de Deus e abrem-se ao uso do método histórico crítico aplicado à Bíblia e à dogmática. Geralmente é o grupo que defende questões polêmicas como a legalização da eutanásia ou a ordenação de homossexuais (Calvani,2005).

Com a expansão do Império Britânico nos séculos XIX e início do século XX, dentro do contexto da Revolução industrial e da política neocolonialista, a Igreja

Anglicana estabelece Capelarias e Paróquias em todas as terras controladas pela coroa ou com as quais a Inglaterra tinha interesses comerciais. Dessa forma, é que o Anglicanismo se estabelecerá com força em países como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia; também nos continentes africano e asiático, redutos de diversas ocupações inglesas (particularmente Índia, Honk Kong e África do Sul) e nas zonas de influência econômica como a América do Sul e Central.

Durante o século XIX, especialmente na sua segunda metade, as igrejas estabelecidas fora da Inglaterra começam a se estruturar a partir das demandas nacionais. Estas contavam com uma maior participação de fiéis que não necessariamente compartilhavam a ascendência inglesa ou ideias colonialistas do Império Britânico. Mesmo assim, trazem em comum a herança da Reforma inglesa constituem a denominada “Comunhão Anglicana”, reconhecendo determinados elementos comuns que estabelecem a identidade de pertencimento ao Anglicanismo geral: 1. Arcebispo de Cantuária (bispo da mais antiga diocese da Inglaterra), visto como líder simbólico do Anglicanismo mundial; 2. Conferência de Lambeth: reunião de todos os bispos anglicanos que se realiza a cada dez anos desde 1867 no Palácio de Lambeth, residência oficial do Arcebispo de Cantuária²; 3. Encontro dos Primazes: reunião em que cada igreja local ou nacional é representada por um bispo-primaz (presidente da igreja); 4. Conselho Consultivo Anglicano: reunião de representantes clérigos e leigos das diversas províncias locais e/ou nacionais.

É importante entender a estrutura de poder da Igreja Anglicana em nível mundial: a Comunhão Anglicana é integrada por Províncias espalhadas por todo o mundo (no Brasil, a IEAB), e estas, por Dioceses, que por se subdividem em Paróquias. Cada Província tem autonomia para deliberar sobre questões teológicas, morais, litúrgicas e pastorais, sendo o centro da Igreja (Arcebispo de Cantuária e órgãos colegiados da Comunhão Anglicana) apenas um instrumento de

² É essa conferência que estabelece o padrão de fé a partir de 4 pontos fundamentais, também chamado “O Quadrilátero de Lambeth”. Esse documento estabelece: 1) as escrituras do Antigo e Novo Testamentos como “contendo todas as coisas necessárias para a salvação”; 2) o Credo dos Apóstolos como símbolo batismal e o Credo Niceno como declaração suficiente da fé cristã; 3) os dois sacramentos ordenados por Cristo (batismo e ceia) ministrados com as palavras bíblicas e por um sacerdote legitimamente ordenado; 4) o Episcopado histórico, localmente adotado nos métodos de sua administração.

manutenção da unidade, não tendo poder para legislar sobre as províncias, mas apenas funcionam como órgãos “consultivos”. (SOARES, 2003)

Esta autonomia das Províncias³ se relaciona com a interdependência em relação às demais, ou seja, nenhuma delas pode legislar sobre temas que dizem respeito a todas as outras senão em conjunto com as demais, e isto em um fórum internacional, a Conferência de Lambeth. A autonomia, portanto, é relativa; e a interdependência implica justamente o fato de que cada província que integra a Comunhão Anglicana mundial tem com todas as demais, compromisso e lealdade com uma tradição e uma história comum. (SOARES, 2008)

Também é preciso destacar o lugar político dessas Províncias, destacando as duas mais influentes no mundo anglicano: A Igreja da Inglaterra (The Church of England) ocupa o primeiro lugar em importância no Anglicanismo mundial pela sua tradição, por ter sido onde se originou a Igreja e a partir de onde ela se expandiu com a própria expansão britânica; também por ser a sede episcopal do Arcebispo de Cantuária e local de reunião da importante Conferência de Lambeth. Posteriormente, a igreja estadunidense, a Igreja Episcopal dos EUA (The Episcopal Church, doravante TEC) pelo seu intenso trabalho missionário desenvolvido a partir do século, contando com Paróquias e Pontos Missionários não apenas nos Estados Unidos, mas em boa parte da América Central e América do Sul. Também por seu poderio econômico que se reflete em uma série de investimentos de ordem social. Logo, suas decisões internas acabam por influenciar uma grande rede de missões estabelecidas e de Províncias locais que surgiram a partir da ação missionária da Igreja estadunidense.

Soares (2008) analisa que essa diversidade possibilitada pela autonomia provincial e a unidade garantida pela interdependência entre as províncias nunca foi fácil gestão dentro do Anglicanismo. O consenso mínimo alcançado pelo formato institucional da “unidade na diversidade” passou a ser ameaçado, no final do século XX pelo que vem sendo definida como a “crise gay”. Isso porque, a partir das reivindicações de sujeitos homossexuais sobre ordenação religiosa e a celebração

³ O princípio da autonomia provincial busca evitar a centralização mundial nos moldes praticados pela Igreja Católica, por exemplo. A interdependência entre as províncias nacionais/regionais procura contornar o problema da diversidade de opiniões e posturas dentro da Comunhão Anglicana.

do casamento, às divergências indicadas acima entre às diferentes tendências políticas tem se intensificado. Esse controle identitário conferido pelos organismos colegiados internacionais, que já vinham desde o século XIX sendo chamado a se posicionar frente a disputas morais envolvendo gênero e sexualidade⁴, está ele mesmo em processo de transformação.

3.2 A ruptura de 2002 e o surgimento da Igreja Episcopal Carismática do Brasil

Frente à visibilidade dos debates sobre a inclusão de LGBT's as igrejas e os movimentos de reação que se desenvolvem em plano institucional, político e até jurídico, o Anglicanismo no Nordeste se posicionou fortemente, tendo destaque no debate nacional e, mesmo internacional, no interior da Comunhão Anglicana. Esse destaque, porém, precisa ser considerado à luz das relações políticas locais, das disputas envolvendo a liderança dentro da comunidade, além de projetos individuais de prestígio e autoridade religiosa.

Segundo a interpretação propagada dentro da Diocese Anglicana do Recife (DAR), o cerne das rupturas de 2002 e 2005 seria a substituição primeiro bispo da Diocese, Dom Edmund Sherill em 1984. O então titular da diocese tinha como plano fazer com que o Revdo. Paulo Garcia, que ele havia colocado como Deão (presbítero responsável) da Catedral Anglicana e que tinha feito um trabalho de expansão da igreja entre os brasileiros, fosse eleito como novo bispo. O prédio histórico da Catedral, inaugurado em 1945 após a transferência para a Rua Carneiro Vilela mal comportava o número de fiéis. Falava-se em reformas e ampliação que acabaram por realizar-se e segundo os insatisfeitos descaracterizaram a arquitetura tradicional, para além da divisão dos grupos e da separação da igreja nacional e vinculação à outra denominação. (SOARES, 2002; QUEIROZ, 2004)

⁴ Parte da pesquisa realizada para essa dissertação foi dedicada à análise dos documentos públicos da igreja, especialmente como resultados dessas Conferências Internacionais e de debates levantados no interior das províncias, no que tange resoluções que envolvem casamento e divórcio, ordenação feminina, métodos anti-concepcionais e a participação dos homossexuais na igreja. Essas informações ajudam a situar a emergência do que ficou conhecido como “crise gay” no anglicanismo mundial, porém foge ao objeto desta análise reconstituir o desdobramento desses debates aqui no Brasil.

Com a eleição de Dom Clóvis em 1984, os planos do Revdo. Paulo foram frustrados. Ainda assim, ele mantém seu prestígio e sua atuação junto à Catedral. Segundo relatam os interlocutores ouvidos, particularmente Dom João Câncio, Revdo. Paulo Garcia tinha uma postura centralizadora que o fazia “dono da Catedral”. Enfatizou que o bispo chegava a ser impedido de frequentar ao critério do seu líder. O trabalho da antropóloga Cristiany Queiroz (2004), dá a dimensão de como era vista a atuação do reverendo e aponta como sua figura era vista como desagregadora e que teria lançado a diocese a divisão interna sem ter uma base teológica consistente, mas apenas por uma questão de poder e prestígio pessoal.

Na eleição subsequente, em 1997, Dom Robinson Cavalcanti tornou-se bispo diocesano da DAR. Segundo outro interlocutor com quem mantive contato durante a pesquisa o então bispo e Paulo Garcia tinham um acordo mútuo, firmado em um encontro realizado na cidade de Paudalho, Pernambuco. Segundo esse acordo, Paulo Garcia daria seu apoio a Robinson Cavalcanti que, uma vez eleito, renunciaria em favor do primeiro. Ambos integravam o ramo evangélico do Anglicanismo no Nordeste, vindos originalmente do Presbiterianismo e do Luteranismo, respectivamente.

Uma vez que o acordo não foi cumprido, abriu-se espaço a hostilidade aberta entre as partes. Revdo. Eduardo Henrique, atual secretário da Diocese, me disse em uma conversa de corredor que a construção da igreja em Boa Viagem, atual sede da DAR, aconteceu pelo fato de o bispo Dom Robinson ser impedido de frequentar a Catedral da Santíssima Trindade. Ele aponta para as “coincidências” da vida, pois segundo ele o templo de Boa Viagem construído para servir de Catedral acabou cumprindo seu destino, ainda que não em 2002, mas em 2017.

Assim sendo, em 2002, a Diocese Anglicana do Recife (DAR), ligada à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), perdeu sua maior congregação local (a Catedral da Santíssima Trindade) para a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB). Na ocasião, Revdo. Paulo Garcia, o deão da Catedral (que liderou a ruptura) afirmou contundentemente que sua saída da IEAB era motivada pela “liberdade exagerada” que a mesma concedia aos homossexuais. A mídia local deu ampla cobertura ao conflito institucional trazendo falas e explicações dos principais atores envolvidos no embate: o deão cismático da Catedral (Paulo Garcia) e seu opositor e antes aliado, o bispo anglicano local (Robinson Cavalcanti). (SOARES, 2002)

Paulo Garcia fazia questão de frisar que não estava abdicando do seu posto de líder espiritual da Catedral da Santíssima Trindade, nem da eclesiologia anglicana, e nem muito menos de sua vertente “episcopaliana”, afinal continuaria realizando suas atividades de pastor da Catedral, agora filiado a Igreja Episcopal Carismática do Brasil (IECB), extremamente semelhante na linguagem, gestos, culto e teologia a IEAB, pelo menos na percepção dos leigos.

Cristiany Queiroz (2004) explora essa tensão entre os dois grupos, de um lado os episcopais carismáticos e do outro os episcopais anglicanos. Enquanto se escuta um tom bastante acusatório do grupo que seguiu ligado a DAR quanto a postura do Revdo. Paulo Garcia do grupo que o seguiu, não se percebe o mesmo no que tange às suas práticas e teologia. A grande acusação é de um rompimento motivado por questões pessoais, da quebra da tradição, representado, entre outros sinais, pela reforma do prédio antigo da Catedral e a descaracterização de sua arquitetura. Mas ainda que a autora, a partir dos dados e falas de campo, expresse que episcopais carismáticos tenham práticas religiosas que cultivem um apelo sentimental maior e que tenham posturas mais próximas a grupos pentecostais e neopentecostais, enquanto que os episcopais anglicanos teriam uma postura mais tradicional e racionalistas frente a teologia e prática. Porém, nas falas dos interlocutores de Queiroz, assim como naquelas que colhi em campo, não vejo um questionamento quanto ao fato de esses grupos separados seguirem, ao menos em seus pontos fundamentais, enquanto anglicanos.

3.3 A questão da ordenação e do casamento homossexual

Em 2003 a Igreja Episcopal dos Estados Unidos sagra o primeiro bispo declaradamente homossexual e não celibatário. Ainda neste ano a Igreja Anglicana do Canadá aprova um rito de união para casais homossexuais. Estes dois fatos trazem grande repercussão dentro do Anglicanismo mundial pela decisão isolada dessas duas igrejas nacionais frente à Comunhão Anglicana internacional. De um lado um grupo posicionou-se favorável a abertura da igreja a ampla participação dos homossexuais, liderados a partir das lideranças da Igreja nos Estados Unidos, Canadá e onde essas igrejas mantinham uma maior influência, destacando-se o

Brasil. De outro, as Igrejas Anglicanas da África e da América Latina, se posicionavam contrários a essa abertura e apontavam a homossexualidade como algo que feria o ensinamento bíblico.

Essas duas decisões levam a uma crise institucional no Anglicanismo porque, os anglicanos “conservadores” entendem que as igrejas dos Estados Unidos e do Canadá violam a moral então vigente nessa tradição religiosa, que a partir da sua leitura do texto sagrado, baseada em um postulado teológico de que a vontade da divindade revelada no texto sagrado condena a homossexualidade; assim como um costume (tradição) estabelecido pelo Direito Canônico das Igrejas Anglicanas de respeitar a interdependência entre as Províncias Anglicanas.

A Igreja Anglicana, ordenava ao sacerdócio e casava tradicionalmente (como a maioria das grandes igrejas cristãs) apenas pessoas heterossexuais, excluindo quaisquer pessoas que declaradamente se afastasse da orientação heteronormativa. A “ordenação” é um rito que confere poder para alguém exercer cargos eclesiais (diácono, presbítero/padre e bispo), possibilita, autoriza, e legitima funções sagradas do clero sobre os leigos: officiar rituais sacramentais e litúrgicos, por exemplo; enquanto o casamento legitima e oficializava a união entre um homem e uma mulher, visando a instituição de uma família.

Quando as províncias dos Estados Unidos e Canadá decidem em seus sínodos gerais – sem consultar as demais Províncias anglicanas na Conferência de Lambeth –, sagrar um bispo e casar pessoas do mesmo sexo, estão, na verdade, violando um princípio fundamental da Comunhão Anglicana (a interdependência). Dessa forma, as regras do próprio jogo institucional, estão em xeque; e não apenas interpretações teológicas quanto à hermenêutica bíblica ou padrões de moralidade.

Tanto no caso estadunidense como no canadense, as decisões de ordenar e casar gays/pessoas do mesmo sexo foram tomadas de forma legal, isto é, de acordo com o direito canônico provincial: o Sínodo Geral, órgão máximo de poder provincial, deliberou de acordo com as normas exaradas em seus cânones. A decisão, portanto, é expressão tanto de legalidade como da construção de um consenso pela parcela majoritária de leigos, clérigos e bispos da Igreja Anglicana naqueles países.

Do ponto de vista estritamente interno, no contexto da Província, tais deliberações, portanto, não representaram nenhuma violação às normas vigentes, pois as mesmas foram alteradas de acordo com as regras do jogo institucional de que dependiam. Tais decisões, portanto, não são produtos da ação de algum agente individual, mas de um agente coletivo: a igreja nacional (dos Estados Unidos e do Canadá) na qualidade de Província Anglicana autônoma. Somente desta dimensão institucional hierárquica para cima (Província → Comunhão Anglicana), no contexto internacional, é que se inicia a caracterização de “transgressão” ou “violação” a normas culturais.

As “autoridades” desafiadas são as que representam províncias de matiz conservador, e que se constituem em maioria na Comunhão Anglicana, tendo em vista que nas duas Conferências de Lambeth de 1988 e 1998, a proposta de condenação bíblica para os gays foi aprovada com cerca de 90% de aprovação do episcopado anglicano, destacando-se as igrejas da Ásia e África. De um lado, a decisão desafiadora é tomada em nome da autonomia provincial; por outro, o grupo que se sente desafiado configura-se em nome da interdependência provincial. Um e outro princípio é enaltecido e enfatizado conforme os interesses ideológicos de cada facção. De qualquer forma, mesmo que os “liberais” sejam minoria no contexto da Comunhão Anglicana, não se deve desprezar o fato de que a Igreja Episcopal dos EUA ocupa um lugar de destaque no cenário anglicano, devido o seu peso econômico, político e teológico.

No caso anglicano, a discussão sobe de tom e uma série de “protestos” é realizada por bispos e clérigos das províncias conservadoras pelo mundo, principalmente na África. Em Recife, como mostramos – um ano antes da decisão final dos anglicanos dos EUA e do Canadá –, o discurso moralmente conservador em relação à participação religiosa de homossexuais foi articulado a uma importante ruptura no interior da igreja.

Entretanto, será com Dom Robinson Cavalcanti, que a DAR emerge no cenário anglicano brasileiro e internacional como a voz dissonante contra as decisões dos anglicanos das Igrejas dos Estados Unidos e do Canadá. Passou a afirmar publicamente que a Diocese “rompia” unilateralmente a comunhão com as Igrejas “liberais” do norte e propor um novo alinhamento anglicano, com relações baseadas em afinidade “teológica” e não em “distribuição geográfica” (princípio

estabelecido desde a primeira Conferência de Lambeth de 1867). Isso significa, por um lado, sua intenção de separar-se da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), supostamente alinhada aos grupos liberais, e por outro, que sua proposta para a solução da crise seria a “expulsão” dessas igrejas da Comunhão Anglicana, caso não voltassem atrás em sua decisão pró-gay.

A avaliação de Soares (2008) que desenvolveu pesquisa junto a Diocese Anglicana do Recife entre os anos de crise, é emblemática. Para ele a “visibilidade” da crise é ocasião oportuna também para a “visibilidade” de agentes que se aproveitam da crise para se projetarem como porta-vozes de causas ou bandeiras coletivas; o fervor “profético” de alguns emerge com força na condenação do “pecado” alheio, fenômeno que no contexto religioso, tende a atrair os holofotes (com todo o bônus que lhe é peculiar) na direção dos que sustentam a santo graal em suas mãos. O bispo diocesano do Recife, então, tornar-se-ia conhecido internacionalmente como nunca o fora anteriormente, o que viria acompanhado de convites para viagens internacionais, publicidade e dinheiro, em forma de parceiras diocesanas.

A partir da decisão dos anglicanos dos Estados Unidos e do Canadá de estabelecer a ordenação e o casamento de pessoas do mesmo sexo em 2003, os protestos aconteceram e foram acionadas as instâncias da Comunhão Anglicana para administrar a crise, com destaque para o papel do Arcebispo de Cantuária, líder mundial da Comunhão Anglicana, que nomeou uma Comissão, composta pelos membros de ambos os lados para formular diretrizes para o diálogo.

Essa comissão publicou o “Relatório de Windsor” em 2004, que acabou por desagradar ambos os lados, pois tentou, em linhas gerais, conciliar as diferentes posições para agradar a conservadores e liberais; embora tenha se posicionado mais ao lado dos conservadores do que dos liberais. Como resultado, a Comissão reconheceu a violação do princípio da “interdependência” pelas Igrejas dos Estados Unidos e do Canadá, bem como lhes pediu que revissem suas decisões até que a temática fosse melhor discutida pelas esferas da Comunhão Anglicana; ao mesmo tempo reiterou a posição das duas últimas Conferências de Lambeth (de 1988 e 1998), de que a prática homossexual seria incompatível com o “texto sagrado”, a Bíblia.

Em seguida, em 2005, o “Encontro dos Primazes”, a reunião dos bispos presidentes de cada Província Anglicana, assume a mesma postura da Comissão nomeada pelo Arcebispo de Cantuária: ratifica a postura anti-gay das duas últimas Conferências de Lambeth, reconhece como grave a violação do princípio da interdependência e conclama esses anglicanos a voltarem atrás em sua decisão. Os pronunciamentos do Arcebispo de Cantuária, dos bispos Primazes e do Relatório de Windsor, mostram a posição difícil que essas Províncias têm que enfrentar para se manterem na Comunhão Anglicana e em seu propósito de abrir a igreja para os gays.

Sendo os fóruns discursivos anglicanos em nível internacional apenas “consultivos”, não possuindo poder canônico para impor suas decisões às províncias, abriu-se espaço para a defesa das posições provinciais, por um lado, e acusações de quebra da unidade da Comunhão Anglicana, por outro. Diante disso, os conservadores, movimentam-se para transformar a Comunhão Anglicana numa instituição mais centralizada e dogmática, segundo os moldes do Catolicismo.

Assim, os mecanismos de manutenção da unidade (Conferência de Lambeth, Arcebispo de Cantuária e Primazes provinciais) teriam mais poder, e assim, poderiam impor a todas as províncias suas decisões pela força da lei e do poder hierárquico. Por outro, a admissão, permanência ou exclusão de cada província à Comunhão Anglicana passaria a depender do reconhecimento de “documentos oficiais”.

Estes documentos estabeleceriam artigos de fé a serem cridos por todos. Resumidamente: o espaço para a diversidade seria reduzido, o que, segundo Soares (2008), não desagradaria às correntes anglo-católica e anglo-evangélica, que supostamente pensam a “inclusividade” apenas em função de si mesmas, excluindo dela a ala liberal. Não é preciso muito esforço para entender a rejeição de tal proposta pelos anglo-liberais, afinal sua defesa do modelo atual, baseado na tradicional divisão territorial das províncias e não em afinidade ideológica, parece mais viável para continuar a aumentar o espaço inclusivo da Igreja Anglicana, a partir das ações de províncias mais liberais.

Assim sendo, a questão do acesso de pessoas não heterossexuais aos ritos públicos do casamento e da ordenação no Anglicanismo, traz uma série de reflexões, reclamações e propostas quanto ao futuro da Igreja, tanto institucional,

quanto teologicamente. Nesse momento decisivo é que se desenha uma série de cismas que ocorrerão no cenário anglicano. À seguir, vamos tratar dos embates e da ruptura ocorrida em 2005 na DAR.

3.4 A ruptura de 2005 e o embate entre “liberais” e “ortodoxos”

Para que se possa compreender a crise de relacionamento entre Dom Robinson e a IEAB que levou a uma nova ruptura na DAR em 2005, é preciso considerar a sua postura frente a Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana de 1997 (IEAB, 1997). Esta carta trata sobre as perspectivas de interpretação bíblica com relação à homossexualidade e de como isso vinha repercutindo no interior da Comunhão Anglicana desde a Conferência de Lambeth realizada em 1988. A liderança recifense foi a única a não assinar.

A crise é retomada, quando em 2003 a Igreja Americana elege o homossexual assumido Gene Robinson para bispo da diocese de New Hampshire e a Diocese de New Westminster no Canadá aprova a benção para uniões homossexuais. A IEAB se pronuncia a respeito referendando a decisão das Igrejas dos Estados Unidos e do Canadá e apontando as dificuldades que essas decisões traziam no cenário anglicano local e internacional.

Dom Robinson, discordando da postura adotada pela IEAB frente às decisões tomadas pelas Igrejas dos Estados Unidos e do Canadá, não apenas promove ações no interior de sua diocese a fim de marcar uma postura dissonante, como passa a se articular de forma independente com outros setores conservadores da igreja fora do país.

A postura combativa de Dom Robinson Cavalcanti, líder do grupo, se dá devido a sua visão negativa sobre a homossexualidade e disso da participação de homossexuais como lideranças na igreja. Sua postura no que concerne a homossexualidade, é de apresentá-la como doença que necessita de tratamento – quer psicológico, quer espiritual. Em sua obra *Libertação e Sexualidade* (1990), e em outros tantos artigos que circulam pela internet em especial no site da Igreja Anglicana-Diocese do Recife (<http://anglicanadr.com.br/>) e da Revista *Ultimato* (www.ultimato.com.br), ele expressa esse ponto de vista. Para ele:

A leitura das Sagradas Escrituras nos leva a afirmar certos parâmetros básicos, [...], quanto à sexualidade. Diferentemente de meros costumes ou tradições, esses padrões quando rompidos, possuem uma dimensão patológica, de riscos, de danos, de negatividade, em si mesmos. (CAVALCANTI, 1990, p. 26)

Assim, o referido bispo, elenca uma lista de padrões de comportamento sexual que feririam essa ética cristã e teriam uma dimensão patológica. Logo depois da necrofilia e da zoofilia, está o “homossexualismo”. Sendo assim: “Deus destinou o ser humano à realização com o sexo oposto. O homossexualismo, ou atração pelo mesmo sexo, fere esse padrão” (CAVALCANTI, 1990, p. 27).

A fala de Robinson Cavalcanti caminha na direção clara de associar a homossexualidade a práticas classificadas como “outros transtornos da preferência sexual” (CID 10. F65.8), ainda que desde pelo menos 1995, a OMS, tenha retirado a homossexualidade dessa lista e o termo “homossexualismo” tenha sido superado. Nesse sentido, ele se aproxima da postura de outras denominações evangélicas que propõe uma acolhida do homossexual como um doente espiritual. Logo, “a despeito de uma ênfase no discurso de acolhida, permanece a ideia de que tais práticas são pecaminosas.” (NATIVIDADE, 2005, p. 116). Assim sendo, a cura do corpo, passa pela cura da alma, da transformação interior, de uma nova vida. “Vida nova” que nega, abafa e reprime a homossexualidade. Nessa perspectiva, a igreja não estaria de portas fechadas para os homossexuais, mas, antes, aberta para acolher esses pecadores amados por Deus, ainda que distantes dele por tão sério pecado.

A participação de Dom Robinson “juntamente com outros cinco bispos num Ofício de Confirmação, na Diocese de Ohio, nos Estados Unidos sem o convite ou o conhecimento do bispo diocesano local”, será percebida como “violação à constituição e aos cânones da TEC (Igreja Episcopal dos Estados Unidos)” pelo então bispo primaz do Brasil, Dom Orlando Santos de Oliveira como pode ser observado em carta-aberta de 17 de março de 2004.

Em artigo-resposta publicado a 21 de março do mesmo ano, Dom Robinson propõe que “se há, (...) um impasse tanto canônico quanto teológico e moral, resta uma solução negociada por um grande acordo político, no qual a minoria ortodoxa elimina a opção pelo cisma e a maioria liberal elimina a solução pelas sanções”

(IEAB, 2004), chegando a afirmar a necessidade de uma “refundação” do Anglicanismo nos Estados Unidos, com a criação de uma Província não territorial em contraposição a província estabelecida.

Diante do acirramento das tensões e do estabelecimento da supervisão episcopal pela IEAB ante a DAR, Dom Robinson convoca o Concílio Diocesano e envia carta a Dom Gregory Venable, bispo primaz da Igreja Anglicana do Cone Sul da América (IACSA), sediada na Argentina e com jurisdição que se estende desde a Argentina até a Bolívia, pedindo asilo canônico.

Diante da aceitação por parte do bispo argentino do asilo a DAR, a IEAB, através de seu bispo primaz, escreve ao Arcebispo de Cantuária, expondo-lhe seu ponto de vista e o que a levou a tomar tais decisões. Dom Robinson se coloca como perseguido político pela IEAB em carta endereçada ao arcebispo de Cantuária, o que é rebatido pela IEAB em 20015, através de um processo canônico que culmina com a expulsão de Dom Robinson. Este fundará então a Igreja Anglicana-Diocece do Recife, que se coloca como defensora de pretensos valores tradicionais do Anglicanismo e contra o que ele entende ser uma postura liberalizante que a IEAB adota.

A exclusão de Dom Robinson Cavalcanti e daqueles que o apoiavam, que posteriormente fundaram a Igreja Anglicana-Diocece do Recife, a perda de templos e fiéis em nível local “resolve” momentaneamente a crise. Muitos templos que ficaram com o grupo foram reavidos pela DAR após um processo judicial de mais de 10 anos, dentre esses templos o de Boa Viagem, atual Catedral.

Dom Robinson que tinha liderança tão destacada entre esses anglicanos conservadores foi brutalmente assassinado em 2012. À época acreditava-se que o grupo dissidente poderia voltar a DAR, mas isso não aconteceu. Logo apresentaram-se outros líderes já preparados para dar continuidade aos trabalhos que mantiveram o grupo coeso. Chama a atenção, nos dois casos, que os grupos que se entendem como conservadores ou ortodoxos são expulsos ou rompem com a Igreja instituída, criticam a visão liberal da IEAB e seu alinhamento com a igreja estadunidense. Nessa direção, questões políticas e de ordem econômica são levantadas por leigos e lideranças religiosas como importantes para compreender essa movimentação. Quando se discutir eventos mais recentes, muitos desses argumentos serão novamente trazidos à tona e analisados mais aprofundada.

Aqui, vale destacar, as vozes dos interlocutores, particularmente Dom João Câncio e do Reverendo Eduardo Henrique, que entendem a postura de Dom Robinson Cavalcanti e seu grupo, ou seja, o uso da questão do acesso de pessoas não heterossexuais ao rito da ordenação e ao casamento, se constitui como gatilho para dar vazão às pretensões políticas de manutenção e ampliação do poder. Eles entendem que isso acontece tanto em nível local quanto mundial e que motiva e alimenta um discurso e uma prática combativa, criando um inimigo a ser combatido. Esse processo se assemelha ao que Rubin (2003) fala da construção de um pânico moral e da eleição de determinados grupos que são postos como inimigos de uma pretensa moralidade correta, ou seja, que são colocados em uma posição desprivilegiada e estigmatizada na hierarquia sexual.

Para analisar esse processo, Soares (2008) adota o conceito de drama social, descrevendo a cisão da DAR ocorrida entre os anos de 2003 a 2005 através das fases de separação ou ruptura; crise e intensificação da crise; ação remediadora; e reintegração preconizadas por Victor Turner (2005). O autor opta por esse caminho, indicando, inclusive, que esse seria um drama inconcluso, estando a quarta fase em aberto. Todavia, ele avalia que:

No contexto do conflito anglicano iniciado em 2003 e ora em curso, tudo faz crer que a fase/estágio final se concluirá ainda este ano de 2008; seja porque as fases anteriores já se consumaram a essa altura, seja porque 2008 no calendário anglicano mundial, desde há muito tempo, havia sido previsto para a realização da Conferência Episcopal da Lambeth, que é realizada a cada década. (SOARES, 2008, p. 13)

Discordo da visão de Soares, a partir dos movimentos da Comunhão Anglicana pós-2008 e pelas falas que recolhi em campo. As rupturas de 2002 e 2005 eram ainda assunto muito presente quando estava em campo. Os debates sobre a legitimação do casamento igualitário não arrefeceram ou geraram uma reestruturação ainda definitiva. Os eventos que serão trazidos no próximo capítulo deixam claro essas tensões e os desdobramentos desse processo iniciado no começo do século e ainda em aberto.

4. AS GUERRAS DO SEXO NO ANGLICANISMO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo meu objetivo é trazer à tona os acontecimentos que fizeram emergir um grupo dissidente dentro da Diocese Anglicana do Recife, capitaneado pelas lideranças da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade. Aqui, o motivo de disputa parte da questão da validação ou não do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou “casamento homoafetivo”, conforme a terminologia do grupo. Penso o processo de ruptura ocorrido em 2017 em uma conjuntura maior, engendrada no contexto de outras duas rupturas anteriores, apresentadas no capítulo anterior e por diversas vezes referidas pelos interlocutores, e que trazem o tema da sexualidade – o reconhecimento das expressões não heterossexuais no ambiente religioso e o acesso aos ritos da ordenação e do casamento. Em pouco menos de duas décadas três momentos críticos são vivenciados pela DAR (2002, 2005 e 2017) e esses momentos coincidem com o debate sobre sexualidade e direitos de como as religiões se posicionam frente a esse cenário.

A noção de situação social desenvolvida pelo antropólogo britânico Max Gluckman (1987) em seu estudo sobre a Zululândia moderna possibilita uma apreensão desse evento específico no interior dessa denominação religiosa, de articulada ao debate sobre as políticas sexuais no Brasil contemporâneo. Gluckman (1987) detalha uma sequência de observações que passam em um único dia, em torno de um acontecimento especial e dos quais se pode extrair diversas possibilidades de discussão e caminhos para debate. O mais relevante fica na dimensão episódica que esse instrumento de análise possibilita. Em se tratando de um campo que apresenta uma intensa movimentação, a descrição detalhada de alguns episódios pode favorecer a compreensão do contexto mais amplo no qual diferentes atores se movimentam.

Para Gluckman (1987, p. 2228), “as situações sociais constituem grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que ele observa”. A partir da narrativa acerca da inauguração de uma ponte, o autor faz com que brancos e africanos sejam vistos em suas especificidades e interações, se façam presentes e participem a seu modo, adotando determinadas posturas e atribuindo determinados significados a esse evento a partir das suas realidades distintas, afora o jogo político de interesses e busca pela reafirmação ou aumento do próprio poder.

Tudo isso, para Gluckman (1987), pode ser observado porque é a partir dessas situações sociais que se pode abstrair a estrutura social, as relações sociais de determinada sociedade.

Apresento, a seguir, alguns eventos observados durante o trabalho de campo que ajudam a refletir sobre a transferência da sede da Diocese Anglicana do Recife (DAR) para a Paróquia do Bom Samaritano no bairro de Boa Viagem. É importante destacar que a sequência em que eles são apresentados busca relacionar dialeticamente os eventos, ajudando a apresentar o fio da meada dos acontecimentos e sua repercussão e contribuição para o debate interno. Em síntese, os eventos relacionados abaixo, envolvem 1) a criação de uma frente conservadora (Aliança Anglicana) dentro do Anglicanismo brasileiro, a partir da atuação de clérigos ligados à DAR, analisando as rupturas e permanências; 2) a fala de um fiel anglicano homossexual que passa por episódio de violência publicamente caracterizada como homofóbica; 3) a publicação do Estandarte Cristão, que revela a construção de um debate liberal sobre sexualidade dentro da IEAB; e, finalmente, 4) o processo final da ruptura da Catedral com a direção diocesana em 2017.

4.1 A Fundação da Aliança Anglicana

Dia 30 de novembro de 2016, na cidade do Recife, baseada na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade é fundada a “Aliança das Comunidades Anglicanas na IEAB”. O grupo é capitaneado pelos clérigos da Catedral da Santíssima Trindade e pelo bispo aposentado da DAR, Dom Sebastião Gameleira. Em seu documento de fundação, o grupo afirma se constituir como “um movimento aberto, dinâmico e participativo formado por pessoas leigas e do clero que participam de diferentes comunidades espalhadas pelo Brasil. Desejamos estreitar entre nós laços de ‘Aliança’ e comunhão”. Dentre outros objetivos, a Aliança destaca:

Temos a Bíblia como expressão clara da presença de Deus na história, revelando verdades, valores, princípios e experiências para todas as

peças – desde a Criação até o Final dos tempos – apontando sempre para Jesus;

(...)

Estamos comprometidos com a unidade da Igreja; o diálogo franco, maduro e respeitoso; e a celebração das diferenças entre nós;

(...)

Reafirmamos que a teologia anglicana vai se formando, ao longo do tempo, a partir do estudo da Bíblia, da tradição da Igreja, da razão e da experiência do povo cristão. Por isso, toda proclamação de doutrina no Anglicanismo tem de levar em conta e respeitar o chamado “*sensus fidelium*”, sob o consenso manifesto em nossas comunidades.⁵

Cabe aqui destacar a centralidade que esse movimento coloca na Bíblia, dado o seu vínculo ao ramo evangélico do Anglicanismo, enquanto “expressão clara da presença de Deus” e como esse lugar de fala ajuda a entender as futuras interpretações e o posicionamento tradicional desse grupo no que se refere a temática da homossexualidade.

A Aliança declara o compromisso com a “unidade da Igreja”, não se entendendo como um grupo de oposição à posição majoritária dentro da DAR, mas propõe um caminho para o diálogo. Por fim, apelando para o triple: Bíblia, Tradição e Razão – componente clássico para o modelo de interpretação anglicano –, recorre também a “experiência do povo cristão” ou o que se ele denomina de “*sensus fidelium*” (senso dos fiéis).

A presença de Dom Sebastião, integrante da Câmara Episcopal e constitui uma força legitimadora dentro da Aliança Anglicana, seja pelo reconhecimento da sua autoridade enquanto bispo, seja pelo seu conhecimento teológico, visto como referência dentro da IEAB, particularmente em Bíblia. Ele redige as bases teológicas do movimento, retrabalhando um texto originalmente elaborado em 1999 e ainda citando documentos da IEAB. Estas contemplam quatorze pontos que devem guiar a reflexão sobre o ser igreja no mundo moderno. Esse documento encontra-se disponível no site pessoal de Dom Sebastião Gameleira⁶, assim como no site da Aliança Anglicana.

Dentre eles se destaca a relação entre tradição e modernidade no cenário religioso atual. Defende o diálogo como princípio básico do entendimento sobre a

⁵ ALIANÇA ANGLICANA. Aliança Anglicana. Recife, 2016. Disponível em: <http://www.aliancaanglicana.com/on/alianca/>>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

⁶ GAMELEIRA, Sebastião. Quatorze Referenciais Teológicos para a Missão da Igreja (Versão Revista e Ampliada). Recife, 2016a. Disponível em: <http://www.aliancaanglicana.com/on/referenciais-teologicos/>>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

Bíblia, qualificado este como “diálogo crítico pelo qual cada cultura particular se sente interpelada ao confrontar-se com os valores perenes do Evangelho e da Igreja”. Em outros documentos alguns desses valores aparecem, particularmente no tange ao casamento.

Frente a essa reação conservadora e a repercussão negativa dentro da IEAB, a Câmara Episcopal emite em 02 de dezembro de 2016⁷ uma mensagem à Igreja no Brasil condenando o que eles entendem ser atitudes cismáticas pelo grupo formador da Aliança a partir da Diocese Anglicana do Recife. A carta é assinada por todos os bispos que estão em exercício e foi divulgada através do site do Sistema Nacional de Informação Anglicano. Em meio ao tom de reprimenda e acusação de rompimento da obediência devida às instâncias superiores, são evocados oito princípios que constituem o *ethos* anglicano, dentre eles, destaque o da “Inclusividade” e a “Promoção e garantia dos Direitos Humanos”, que sempre são retomados quando se levanta o polêmico tema das homossexualidades dentro da igreja e que é relacionado também à questão de gênero e defesa da mulher.

Em carta-resposta endereçada aos seus colegas bispos, redigida em sua carta de 04 de dezembro de 2016, publicizada em 10 de dezembro de 2016 pelo site da Aliança Anglicana, Dom Sebastião apresenta uma defesa da própria existência da Aliança enquanto agrupamento válido dentro da IEAB. Em seu texto, ele questiona o papel da autoridade episcopal, que no Anglicanismo deveria se distinguir dos moldes do episcopado monárquico católico. Ele ainda defende que o texto de fundação da Aliança em nada fere os princípios de unidade e diversidade dentro da IEAB e que a leitura feita pelas lideranças da IEAB estaria “vendo pretensões onde não existem”. Além disso, reforça o “*sensus fidelium*” como medida no que tange às respostas da igreja aos desafios do presente.

A ideia era estimular debate mais amplo em torno de grandes desafios à Igreja no mundo de hoje, fomentar o diálogo, propor iniciativas missionárias, e chamar a atenção para a atenta escuta do “*sensus fidelium*”, particularmente quanto a certas matérias mais sensíveis e que merecem amadurecer por tempos mais longos, para que não corramos o

⁷ CÂMARA EPISCOPAL. Mensagem da Câmara Episcopal aos Fiéis e ao Clero da IEAB. **Carta da Câmara Episcopal sobre atitudes cismáticas na IEAB**. Pelotas/RS, 2016. Disponível em: <<<http://sn.ieab.org.br/2016/12/02/mensagem-da-camara-episcopal-aos-fieis-e-ao-clero-da-ieab/>>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

risco de pôr em jogo o valor precioso que nos deve caracterizar, o da unidade e comunhão. (GAMELEIRA, 2016a)⁸

Mesmo que em outro momento, como quando trata da globalização, Dom Sebastião fale da “especial preocupação com reformular seus modelos de agir e seus modelos institucionais”, aqui ele recorre mais uma vez a categoria que pode ser traduzida como senso dos fiéis evocando uma espécie de consciência coletiva da fé. Dom Sebastião defende que a vida diária de muitas comunidades religiosas não dá suporte para que se aprove a celebração do casamento de pessoas homossexuais. Interessante notar que a mensagem transmitida pela Aliança Anglicana não recorre ao debate dogmático sobre sexualidade ou à interpretação bíblica da homossexualidade.

Pois, pelo que entendo, o “*sensus fidelium*” vigente na Comunhão mundial, una e apostólica, deve ser referência para cada membro da mesma Comunhão, já que não se trata apenas de “federação” de Igrejas, mas de “comunhão”, o que me parece mais bíblico e teologicamente mais profundo e com vínculos bem mais exigentes que uma simples organização institucional. Daí é que se compreende o que se deu no Encontro dos Primazes, ao censurar a Igreja dos Estados Unidos por sua decisão unilateral de estender o rito de casamento a casais homossexuais. (GAMELEIRA, 2016b)

Desse modo, sustenta que se o grosso dos fiéis não está preparado para aceitar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, não haveria motivo pelo qual aprovar tal prática. Dentro da IEAB a repercussão apresentada pelas lideranças da igreja mobiliza a categoria cisma tão marcante na história recente da DAR.

Fica uma questão a ser respondida: O que motiva a fundação da Aliança Aliança, fazendo esse grupo se posicionar negativamente sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo? A resposta está justamente nos debates acalorados acontecidos em instâncias locais e nacionais. A seguir, tento desvendar esse enredo a partir das falas do campo e dos dados disponibilizados na rede.

⁸ GAMELEIRA, Sebastião. **Aos colegas no ofício de bispo**. Recife, 2016b. Disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/aos-colegas-no-oficio-de-bispo/>>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

4.1.1 O Sínodo Extraordinário da IEAB e a questão do casamento igualitário

A partir do rastreamento dos documentos que circulavam por meio virtual e pelas conversas com as lideranças religiosas locais, especialmente a entrevista da Revda. Teresa, presbítera auxiliar da Catedral, pude reconstituir uma trilha que leva a primeira expressão manifesta desse conflito, que remete ao Sínodo Extraordinário da IEAB.

O Sínodo acontece entre os dias 16 e 19 de junho de 2016, na cidade Vargem Grande Paulista, São Paulo. Dentre os seus objetivos se destaca que:

O anseio [...] é trabalhar com demandas atuais que estão na pauta da sociedade, capacitando a Igreja a responder com eficácia os desafios de sua missão e incidência pública, conforme assim deliberou o último Sínodo que aconteceu na Cidade do Rio de Janeiro/RJ em 2013.

O Sínodo se propunha a ser um espaço de debate e aprovação da nova Constituição e Cânones da IEAB em um esforço de atualização desses documentos legais da igreja às novas demandas sociais. Temas como ministério pastoral, disciplina eclesial, aposentadoria do clero, matrimônio e mudança da sede provincial compunham a pauta.

O Sínodo Extraordinário de 2016 foi convocado ao final do último Sínodo Ordinário da IEAB realizado em novembro de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Além da convocação do Sínodo Extraordinário ficou decidido que seria realizada uma série de estudos nas dioceses quanto à questão de Gênero e Sexualidade. Para tanto, esses encontros se utilizam do método denominado Indaba. Conforme um dos sítios eletrônicos da IEAB, Indaba é uma palavra de origem africana que significa “roda de diálogo”. Nesses encontros se permite aos seus participantes um debate em condições de igualdade e liberdade de expressão para partilhem seus pontos de vista na busca de consensos para o bem comum. Logo, esse método de estudo e debate de temas variados, geralmente polêmicos, quer ser um espaço aberto para a discussão de pontos de vista opostos, a partir de diferentes posicionamentos, para que a partir de um processo de entendimento mútuo se chegue a um consenso.

Esses encontros foram realizados durante o ano de 2014, contando com a presença de representantes de grupos com visões opostas no que se refere ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como resultado foi editado uma revista de pouco mais de 40 páginas intitulado “Documentos Indaba: Famílias e Diversidade Sexual”, buscando fazer uma síntese do que foi discutido nos encontros e com uma série de artigos de teólogos que lideraram os encontros.

Em culminância desses estudos e a fim de se preparar para o Sínodo Extraordinário, a Diocese Anglicana do Recife realiza um Concílio Diocesano entre os dias 26 e 29 de maio de 2016, na Paróquia do Bom Samaritano, Boa Viagem, Recife. Para o Rev. Félix Batista Filho, em artigo publicado no sítio eletrônico da Aliança Anglicana, esse foi o momento crucial para o início das desavenças entre os grupos opostos. Ele sintetiza seu argumento:

Todo esse processo corrosivo na DAR teve início após o Concílio Diocesano, realizado no final de maio de 2016, quando um grupo de clérigos, através de carta ao Sínodo da Extraordinário da IEAB em 2016, ousou colocar-se contrário à aprovação de celebrações de casamento para pessoas do mesmo sexo, caminho rejeitado por quase todas as Províncias Anglicanas espalhadas pelo mundo.⁹

No Sínodo de 2016, se aprovam a nova Constituição e o novo Cânone Geral da IEAB. Porém, a proposta da adoção da neutralidade de gênero na Liturgia e aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo causa grande discussão entre os participantes e não obtém êxito. Dom Francisco, bispo primaz, em sua mensagem de encerramento, sinaliza como foi tratada a questão:

Uma Igreja equipada para responder às necessidades de novos tempos. Uma questão que exigiu redobrada atenção foi a discussão sobre o Cânon do Matrimônio Cristão. Um tema que sido crucial e que tem exigido da Igreja muita reflexão da Câmara Episcopal, da Câmara do Clero e do Laicato, bem como de toda a Igreja. A proposta de se adotar a neutralidade de gênero, embora contemplado na Liturgia oficial da Igreja (LOC – Livro de Oração Comum), não foi definida porque a Igreja não alcançou o consenso necessário para aprovação! A maturidade do plenário sinodal indicou que se precisa aprofundar ainda mais o diálogo sobre este tema. Cada grupo que se colocou na defesa tanto da mudança como da manutenção não logrou alcançar os votos necessários para adotar a neutralidade de gênero. Seguindo a recomendação do Sínodo Ordinário de 2013, a IEAB seguirá tratando a matéria com seriedade e profundo

⁹ BATISTA FILHO. Felix. Carta do Rev. Félix Batista de desligamento da DAR-IEAB. Recife, 2017. Disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/carta-do-rev-felix-desligamento-da-dar-ieab/>>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

senso de respeito. O Sínodo de 2017 deverá considerar novamente a matéria.¹⁰

Dada a falta de consenso, Dom Francisco convoca um Grupo de Trabalho sobre “Gênero, Sexualidades e Direitos” constituído por um bispo, três leigos e mais dois religiosos. As dioceses de Recife e São Paulo se destacam na composição desse GT. O objetivo do grupo é manter um canal de discussão entre os diferentes grupos e elaborar material que subsidie a base da igreja na discussão.

A decisão teve destaque no site da IEAB, especialmente a o trecho da notícia que fala da manutenção da “velha norma canônica (homem e mulher)” no novo Cânon sobre o matrimônio. Em aparente tom de queixa frente a não inclusão da neutralidade de gênero e o adiamento da permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Isso representaria, na leitura do enunciador, uma ação modernizadora e de atualização da igreja frente aos debates e conquistas LGBT.

O tema que parece ficar em suspenso até a realização do novo Sínodo, previsto para 2017, deixa no ar para alguns setores um quê de certeza. A certeza de que no Sínodo vindouro a questão será aprovada. A palavra da Revda. Teresa dá o tom das expectativas desse grupo e vê a motivação política e econômica se destacar frente a questão teológica. Contextualizando sua fala sobre a discussão do casamento entre pessoas do mesmo sexo na atualidade e o início da ordenação feminina no Brasil, em 1985, a reverenda vê um papel decisivo da influência da Igreja Episcopal dos Estados Unidos sob os posicionamentos das lideranças da IEAB. Destaco o trecho da entrevista que se segue, em que ela emblematicamente expõe sua visão:

Aconteceu o Sínodo. E no sínodo, o casamento de pessoas homoafetivas não passou no sínodo. Mas, no final da celebração, o primaz do Brasil disse que isso não acontecerá no próximo Sínodo, ou seja, vai passar. E porque vai passar? Porque é muito interesse deles que a Câmara dos Bispos, eles têm muito interesse que passe, porque eles precisam de grana, eles precisam de grana para continuar a igreja no Brasil. Então muitas vezes a gente se submete a tomar determinadas posturas não por uma questão teológica, não porque nossas comunidades de fato estão querendo que isso aconteça, não por uma questão social ou cultural, não pode ser cultural. Hoje, de fato, nós temos muitas pessoas homossexuais

¹⁰ SILVA, Francisco de Assis. **Um Sínodo Provincial com as marcas da Serenidade e da Comunhão**. Vargem Grande Paulista/SP, 2016. Disponível em: <<<http://sn.ieab.org.br/2016/06/21/um-sinodo-provincial-com-as-marcas-da-serenidade-e-da-comunhao/>>>. Acesso em: 23 de jun. 2016.

em todos os âmbitos, nas igrejas, na academia, em todo canto, e elas tem que viver plenamente, eu entendo isso claramente. Agora como a comunidade de fé vai acompanhar isso? Como eu, enquanto reverenda, vou mostrar a comunidade que isso vai acontecer? Isso pode levar um ano, dois anos, três anos, como nos EUA. Os EUA levou dez anos para ordenar a primeira pessoa homossexual (16 de setembro de 2017)

Para ela, em nível local, desponta a questão pedagógica, preparar a comunidade, as bases da igreja, para a transformação emergente. Mas, em tom de denúncia, ela aponta para questões maiores e de ordem política e econômica. Mais à frente esses argumentos serão retomados por outros atores envolvidos no conflito.

4.2 Um homossexual anglicano

Entre os objetivos dessa pesquisa, se destaca pensar a presença de pessoas não heterossexuais dentro da Igreja Anglicana. Para tanto, passei a me questionar sobre os espaços de reconhecimento da homossexualidade que não apareciam nos espaços de culto que frequentei em Recife. No processo de olhar o campo com outros olhos, que descrevi no segundo capítulo, esse questionamento foi decisivo.

Fazendo o acompanhamento virtual via redes sociais, particularmente o Facebook, me deparei com um vídeo de pouco mais de 3 minutos, aparentemente gravado por um celular e sem edição, postado pelo bispo primaz do Brasil, Dom Francisco, em seu perfil particular e compartilhado pelo perfil da DAR, sobre a ocorrência de um “ataque homofóbico” contra um dos membros da Igreja. No vídeo, Dom Francisco apresenta brevemente o caso e expressa solidariedade ao fiel, chamando os anglicanos a se manifestarem contra quaisquer formas de violência. Transcrevo abaixo sua fala:

Irmãos e Irmãs, bom dia. Tomei conhecimento nessa manhã de um grave fato ocorrido com nosso irmão Geovanny, que é um jovem membro de nossa igreja da DAR.

Ele foi agredido por pessoas homofóbicas, pelo simples fato de ser uma pessoa homoafetiva, essa situação é uma situação muito grave que vai contra os ensinamentos da Igreja, que é um ensino de acolhimento a todas as pessoas.

Não podemos permitir isso, a Geovanny, a minha irrestrita solidariedade, a DAR a minha solidariedade irrestrita também.

E para todos os irmãos e irmãs que pertencem às IEAB, faço um apelo para que se manifestem por todos os meios e formas contra esse tipo de violência que nós não podemos mais tolerar.

A IEAB segue os ditames do evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é um evangelho de acolhimento, um evangelho de amor, um evangelho que anuncia a justiça com um pilar básico da convivência social. Não podemos em tempos tão difíceis como os que vivemos hoje, com discursos de ódio, com discursos patrocinados por lideranças que estão muito longe do coração de Deus.

Não podemos permitir que essa cultura, que é a cultura do estupro contra as mulheres, que é a cultura de violência contra as pessoas homoafetivas, uma cultura em que me parece que estamos perdendo a dignidade, o senso de humanidade das pessoas.

Não podemos contemplar com esse tipo de postura, nós precisamos denunciar e apontar os responsáveis, identificando-os e submetendo-os ao ordenamento jurídico do nosso país.

Não se admite mais esse tipo de violência contra a dignidade da pessoa humana, a nossa solidariedade a Rodolpho e um apelo para que a IEAB se manifeste sobre esses fatos, cada irmão, cada irmã pode se manifestar pelas redes e emprestar sua solidariedade ao Geovanny.

Que Deus o abençoe meu filho, pois quem agrediu você, agrediu a IEAB, somos todos Geovanny, Deus esteja com você meu filho, e que nossa igreja continue no caminho de testemunho corajoso pela defesa da vida, da dignidade e da justiça. Que Deus os abençoe, Amém. (06 de dezembro de 2016)

A partir de então começaram a surgir comentários de apoio e solidariedade a Geovanny de pessoas dos mais variados cantos do Brasil, leigos e clérigos. Logo, comecei a rastrear esses comentários com o intuito de chegar a ter contato o rapaz. Pelo fato dele estar atento às publicações e responder a muitas dessas mensagens, pude chegar até seu perfil e a partir disso solicitar-lhe amizade.

Aqui as relações de afinidade com Geovanny, ajudaram na construção de um diálogo fluido e dinâmico. Logo de início, ele mostrou uma postura interessada quanto na pesquisa e na minha pessoa, me perguntando sobre minha trajetória religiosa e minha orientação sexual. De pronto lhe respondo, trazendo um breve resumo de meu pertencimento a igreja luterana, a minha homossexualidade e de como não foi possível conciliar a prática religiosa com as diretrizes eclesiais.

Para Geovanny, o ataque que ele havia sofrido pouco ou quase nada repercutiu dentro da Catedral, onde ele era filiado como membro. Porém, estava recebendo apoio de outras Dioceses e Paróquias espalhadas pelo Brasil e mesmo de pessoas que ele sequer conhecia. De fato, vários comentários e compartilhamentos da mensagem de Dom Francisco mobilizava membros da igreja em todo o país. Uma nota da União da Juventude Anglicana do Brasil intitulada “A tua dor é a nossa dor” repudia a ação e se solidariza com Geovanny, condenando a violência homofóbica e o discurso, recorrente em determinados grupos religiosos, de que se “odeia o pecado, mas se ame o pecador”, se posicionando

categoricamente contra o discurso que a orientação sexual é uma escolha pessoal e que pode ser mudada. As mensagens de solidariedade, palavras de apoio, falas em tom mais militante de combate a homofobia em geral se fazem presentes.

Através da troca de áudios e mensagens eletrônicas com Geovanny a conversa foi se desenrolando. Ele se dispõe a falar como aconteceu o ataque, conta detalhes, me mostra fotos das escoriações que sofreu. Na noite de 5 de dezembro de 2016, devido um problema banal, uma discussão corriqueira com um de seus irmãos, Geovanny começou a ser golpeado por este e por sua mãe. Entre xingamentos e agressões ele sofre várias escoriações, tem parte do cabelo arrancado, um olho roxo e, finalmente, é expulso de casa. Aqui, ele abre um parêntese, já não era a primeira vez que ele era expulso de casa. Desde que ele se declarara homossexual para a sua família aos 15 anos essa era a quarta vez que ele passava por isso. Em uma dessas vezes, conta que chegou a dormir em uma estação rodoviária até ser recebido novamente em casa.

Geovanny tem 24 anos, o futuro ainda por decidir quanto a que profissão escolher ou curso que mais se identificaria, não tem a estabilidade financeira que desejaria e por isso ele afirma que tantas vezes “engolia sapo” em casa. Ele é quadrilheiro (membro dançante de uma quadrilha junina), se interessa por estética e moda. Já dançou maracatu. Traz algumas tatuagens pelo corpo. É negro e das classes populares. Em seu perfil, são várias as fotos, postagens e comentários que indicam uma participação ativa dentro da Catedral da Santíssima Trindade. Seu envolvimento, particularmente com o setor jovens extrapola os limites da Catedral e alcança lideranças jovens de outras Paróquias. Em nossa conversa ele aponta seu entendimento da igreja como também lugar de militância pelos direitos LGBT e que pretende futuramente casar-se na igreja, como qualquer outro filiado heterossexual.

Para ele, apesar da repercussão em nível nacional e da manifestação de clérigos e leigos de diversas localidades, da parte da Catedral e suas lideranças não houve uma atenção especial ou cuidados, quer pastorais quer pessoais. Se ele sempre vira a igreja como um lugar de refúgio em meio aos conflitos familiares, ela não apresentava essa face nesse momento. Destaca que não houve nenhuma mobilização na Catedral para ajudá-lo. Para ele, as atuais lideranças eclesiais e leigas da Catedral estão dando um passo atrás na questão da inclusão e recepção

de pessoas homossexuais. Diante dos acontecimentos, as pessoas não souberam como agir, seja porque eram preconceituosas, seja porque tinham receio de ser vinculadas a uma pessoa homossexual e isso lhe deixou profundamente magoado.

Diante dessa narrativa, é oportuno fazer uma aproximação com as experiências evangélicas em Alagoas. Destaco as diferenças do processo de expulsão da Igreja Batista no Pinheiro, doravante IBP, em Maceió-AL, apresentado Andréa Laís (SANTOS, 2017). Destaco o processo de desconforto inicial na vida da igreja quando um dos aspirantes ao batismo se declara homossexual. A partir daí se desenrola um debate que vai resultar no posicionamento da IBP favorável ao batismo de homossexuais e a uma pregação de acolhimento e ressignificação das homossexualidades. Enquanto que em nível local a postura é de acolhimento e abertura institucional, nacionalmente a Convenção Batista Brasileira expulsa a IBP alegando quebra do padrão teológico e da moral.

O caso da IBP é inverso ao caso anglicano, marcado pela manifestação de apoio das autoridades nacionais e de reversas das lideranças locais. Ainda assim, em ambos os casos, o desconforto institucional perante a homossexualidade declarada transparece. Aqui, a tensão entre o público e o privado, já destacadas no primeiro capítulo a partir de Duarte (2013) são mais uma vez postas a prova.

Ainda que meu interlocutor fale do papel acolhedor da religião e da importância que teve a igreja em seus momentos de crise familiar e pessoal devido a sua sexualidade, sua fala é ambígua quando ele também afirma essa postura conservadora e até mesmo homofóbica de algumas pessoas.

Se a percepção que o interlocutor apresenta da Catedral é de retrocesso, a imagem que ele apresenta da Paróquia de Boa Viagem é bem mais progressista. Na visão desse interlocutor, a presença de alguns, ainda que raros casais homossexuais demonstra essa diferença. Além disso, pode-se arrolar a concretização de um acontecimento interessante, durante o mês de dezembro de 2016. No segundo final de semana do mês em que Geovanny foi atacado pelos familiares, aconteceu na capital pernambucana um evento denominado “ABRAÇO”. O ato inter-religioso organizado pela Associação Brasileira de Famílias Homossexuais (ABRAFH) que teve em diversas capitais, Paróquias e Comunidades Anglicanas como sede. O evento aconteceu simultaneamente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Brasília.

Curiosamente em Recife, o evento foi sediado em Boa Viagem e não na Catedral, o que seria uma demonstração, aos olhos de Geovanny dessa postura atrasada e contrária à presença de homossexuais e LGBT's em geral na igreja. Descrevendo o evento ele utilizava expressões como "lindo", "um espaço aberto à diversidade, com casais gays, transexuais, travestis, pais e mães" e, finalmente, ele ressalta a importância desse tipo de evento, pois enxerga na igreja um local de militância para "nós" que somos homossexuais e que temos que lutar por nossos direitos em todos os lugares, inclusive dentro da igreja.

4.3 O ESTANDARTE CRISTÃO: "igreja, gêneros e sexualidades"

Quase que como reflexo e levantamento do momento de disputas motivado pela questão da sexualidade, a revista oficial da Igreja em âmbito nacional volta a ser publicada e trata justamente da questão da sexualidade. Aqui, vão aparecer os homossexuais que eu me questionava da sua participação na DAR-IEAB, todos falando a partir do Centro-Sul do Brasil. As diferentes visões sobre o acesso à ordenação e ao casamento por pessoas não heterossexuais são revisitadas, assim como o cisma de 2005, o que mostra que a temática segue em fortes discussões no interior da denominação e ainda não resolvida.

Para essa primeira edição da revista "O Estandarte Cristão" (IEAB, 2017) após um intervalo de cinco anos sem ser editada foi escolhido o tema sobre "igreja, gêneros e sexualidades". Nas suas pouco mais de 20 páginas são trazidas várias vozes de dentro e de fora da igreja que trabalham a temática. É interessante notar como a questão de gênero é geralmente ligada à sexualidade e, em especial da homossexualidade, quando se trabalha essa temática na IEAB. Entre artigos de ordem mais teológica, despontam outros mais conectados à experiência pessoal, nos quais é trabalhada a relação entre uma expressão não heterossexual de vivência da sexualidade e uma religiosidade sem preconceitos.

Após as palavras iniciais do bispo primaz do Brasil, Dom Francisco, do secretário geral e do editor da revista, todas ressaltando a importância da centenária publicação, suas raízes históricas e as dificuldades em se recomeçar com esse trabalho após vários anos de silêncio.



Figura 6: Capa da Revista Estandarte Cristão de 2017.

Um dado importante é que o secretário geral da IEAB é homossexual declarado, vive em união estável com seu companheiro e em nenhum momento na sua fala aparecem elementos que remetem a esses dados ou mesmo a sexualidade de modo geral, temática da publicação. Esse detalhe aponta um caminho para pensar a questão da diversidade e da inclusividade dentro do Anglicanismo no Brasil, e particularmente na Diocese Anglicana do Recife: a tensão entre a vida

pública e a vida privada dos fiéis e clérigos, particularmente no que se trata da vivência sexual.

A publicação segue com uma breve retrospectiva dos acontecimentos dos últimos cinco anos. Dos trezes itens elencados, destaco cinco particularmente importantes para a discussão em curso. O primeiro remete a ruptura ocorrida na DAR em 2005, amplamente discutida no primeiro capítulo do trabalho, e todo o processo (inclusive judicial) que levou a recuperação de templos e a reestruturação da Diocese do Recife. Ainda exalta a postura dos bispos que tem mantido a unidade e reafirma valores como democracia, respeito no debate teológico, pastoral e ideológico, apontando esses fatores como identitários do ser anglicano. Outro ponto que é desenvolvido na publicação é a atuação das mulheres na igreja, particularmente daquelas que mantêm funções pastorais, recordando os 30 anos das primeiras ordenações femininas e afirmando o compromisso na luta frente a violência contra a mulher.

Além destes, o texto aborda a diaconia, destacando o papel desse grupo de trabalho nas questões sociais, especificamente a fundação do Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SAAD) ligado à Secretaria de Direitos Humanos da IEAB. Também a criação do Conselho Nacional de Diaconia (CND) formada por clérigos e leigos da igreja no Brasil é citada como referência que dentre outras atividades como a publicação de cartilhas educativas e a atividade de assistência social, contribuiria para o diálogo sobre temas atuais, como as questões da violência de gênero e sexual. Um item específico é dedicado à liderança do atual primaz e à redação de uma nova constituição da igreja e, por fim, é mais uma vez enfocada a perspectiva de debate sobre temas atuais e polêmicos, conciliação, respeito às diferenças de opiniões, inclusividade e acolhida independente das questões de gênero, cor, sexualidade, classe social.

No artigo de opinião intitulado “Um salto (e abraço) de fé”, de Saulo Amorim, carioca, homossexual, casado desde 2013 e em processo de adoção, anglicano, diretor de relações interinstitucionais da ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas. Em seu texto, Saulo faz um breve relato sobre sua trajetória religiosa e de autoaceitação enquanto um cristão homossexual. Expondo seus dramas, sua saída do Catolicismo e afastamento da vida religiosa, para alguns anos mais tarde entrar em contato com o Anglicanismo e segundo o encontrar um lugar

de acolhida. A parceria entre a ABRAFH e a IEAB para a realização do evento ABRAÇO, onde várias Igrejas Anglicanas de algumas capitais sediaram o evento é apresentado como um sinal da abertura da igreja para a temática da inclusão.

Em seu relato aparecem contornos de uma história de superação. De menino tímido, com dúvidas quanto a sua sexualidade, passando pela adolescência em que se refugia na religião para lutar contra sua própria sexualidade. Aqui ele afirma ter desenvolvido “um preconceito irracional sobre o mundo e as pessoas LGBTI”, baseado em um radicalismo e conservadorismo. A superação chega após a conclusão da faculdade e o fim de seu noivado. Aqui, ele reestrutura sua vida e passa a viver sua sexualidade.

Outro breve artigo de cunho pastoral é assinado pela pastora luterana Romi Márcia Bencke, Secretária Geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Ela reflete sobre os caminhos de diálogo que os diferentes grupos deveriam assumir. Porém, ressalta que acima de tudo, deve-se adotar uma postura de acolhimento às pessoas marginalizadas e excluídas, ressaltando uma postura de escuta e de colocar-se no lugar do outro, entendendo os seus sofrimentos. Nesse ponto, ela recorda a histórica de exclusão da vida eclesial por que passaram e passam homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e mulheres, mas enfoca a busca desses segmentos por viverem sua religiosidade de maneira plena.

O artigo de Paulo Ueti, “Discipulado de iguais: iguais, mas diferentes” é o maior da publicação, ocupando cinco laudas e busca fazer uma reflexão de ordem teológica em diálogo com as ciências sociais sobre as questões de gênero e sexualidade na igreja. Tendo como ponto de partida uma interpretação da Bíblia à luz dos desafios da atualidade. Ele situa o “discipulado de iguais” em um contexto em que as diferenças não se apagam ou são apagadas, mas que essas diferenças é que constituiriam a riqueza desse discipulado. Para o autor, a partir da sua leitura de Scott (1990), o gênero é uma construção social, permeado por relações de poder e ressignificações; expõe ainda o perigo do enrijecimento desse conceito e dos papéis sociais de homem e mulher. Tratando da questão da sexualidade, particularmente da homossexualidade, o autor cita a necessidade de uma postura mais aberta da igreja cristã como um todo e da superação de conceitos e pré-conceitos estabelecidos, se colocando em posição de diálogo. Faz um brevíssimo apontamento sobre a possibilidade da realização de casamentos entre pessoas do

mesmo sexo, apontando a necessidade de uma desconstrução do entendimento sobre o matrimônio cristão. Fala do exemplo de algumas igrejas históricas dos Estados Unidos e da Europa que aprovaram o casamento entre pessoas do mesmo e o das divisões que aconteceram mesmo após vários anos de discussões internas. Por fim, ele ressalta a necessidade de diálogo crescente e, em tom mais pastoral que teológico, propõe uma agenda marcada por ações de acolhimento e uma postura de busca da concórdia, ainda que em meio a diferença. Advoga uma maior democratização no debate e a superação de fundamentalismos que emperram o debate. Para o autor, é preciso um novo entendimento dos textos bíblicos e mesmo um novo vocabulário para tratar da questão da sexualidade a partir dos relatos bíblicos.

Na seção intitulada Vida, a leiga Mara Manzoni Luz, que tem atuação em um organismo internacional da Comunhão Anglicana, escreve o que ela intitula de um “Relato de Diversidade”, em que ela narra sua trajetória e atuação dentro do Anglicanismo. Para ela seu trabalho social desenvolvido em uma Paróquia da capital paulista abre o caminho para a construção de um novo jeito de entender a Igreja. Sendo um lugar de inclusão e acolhimento às lutas das causas indígenas, LGBTI, negras e feministas para a construção de uma nova sociedade. Destaca os órgãos de serviço social da igreja e sua contribuição para a abertura de canais de diálogo entre os diferentes em busca do reconhecimento de direitos.

Pode-se perceber que de modo geral a questão da sexualidade da forma como é discutida na igreja é associada mais diretamente a de gênero e, em muitas análises, em um plano maior, que incluem outros grupos excluídos como quilombolas, indígenas, pessoas e situação de rua, dentre outros. Há uma chamada às partes envolvidas no sentido de renovarem o caminho do diálogo a partir de determinados marcadores como o respeito à diversidade, a inclusividade, a promoção da dignidade humana, o respeito à luta pela conquista de direitos por esses grupos e, finalmente, o apelo ao acolhimento e ao de Deus.

Entendo que os textos da revista estabelecem um diálogo muito próximo com o que se propõe as teologias gay ou *queer*. Conforme Musskopf (2005, 2008) a teologia gay apresenta, entre as suas características a valorização das lutas por direitos e reconhecimento dos grupos LGBT, associados aqui as demais minorias (negros, mulheres, pobres, indígenas), daí mesmo ser a teologia feminista e negra

estadunidense bases para a teologia gay. Afora as contribuições da teologia da libertação na América Latina. Os textos da revista, para além de revisitarem os “textos do terror” (MUSSKOPF, 2005) – textos bíblicos usados para condenar a homossexualidade - e se debruçar sobre os caminhos de uma nova hermenêutica e interpretação dos textos bíblicos, valoriza a experiência de pessoas homossexuais e valida seus comportamentos, superando a negatividade da homossexualidade majoritária nas igrejas cristãs ou uma vivência no armário. A ideia é associar a discussão sobre a temática LGBT não apenas a partir da Bíblia e suas possíveis interpretações, mas de discutir em conjunto com as ciências sociais, a psicologia, a história de forma a (re)construir um discurso sobre as homossexualidades.

4.4 Colocando as demandas por direitos religiosos no seu devido lugar

A partir do trabalho de campo, dos relatos dos entrevistados e dos subsídios disponíveis nas redes sociais, reconstruo os momentos finais desse processo que culmina com a nova ruptura da Catedral Santíssima Trindade. Destaco, inicialmente, que em 18 de dezembro de 2016, Dom Francisco visita a DAR em comemoração aos três anos da sagração de Dom João, bispo diocesano local. Em sua pregação duas temáticas aparecem muito fortemente: 1. a abordagem ao “respeito às diferenças”, da “inclusividade” e da “diversidade” como partes constituintes do ser anglicano e 2. a abordagem sobre a unidade da igreja frente aos desafios, dentre eles o de pensar diferente. Aqui, me parece claro, ele não apenas está fazendo referência ao acontecido com Geovanny, mas, ciente das tensões políticas entre o bispo local e as lideranças da Catedral toma uma posição conciliadora e lança um elemento que cada vez mais vai permear as falas dos dois lados em questão. Trata-se da questão do ser anglicano, a construção de um *ethos* específico, marcado por determinadas características e posturas. Esse campo de disputa do ser anglicano vai movimentar a atizar ainda mais os debates das lideranças, ainda que, todavia, esse não seja um argumento constante entre os leigos.

Em entrevista, Dom João afirma que as lideranças da Catedral chegaram a proibir a participação de Dom Francisco, liderança máxima da IEAB, em uma de

suas reuniões. O clima impossibilitava que as festividades fossem celebradas na Catedral e devido a isso culto foi celebrado na Paróquia do Bom Samaritano, Boa Viagem. Ainda segundo Dom João, durante o tempo da visita, lideranças da Catedral e o bispo emérito, Dom Sebastião, se articulavam quanto às ações da Aliança.

Aqui destaco dois trechos representativos da fala de Dom Francisco e que indicam o caminho que ele pretendia trilhar com a sua reflexão, tendo em vista as duas temáticas acima referidas.

E a nossa sociedade tem profundas limitações, e uma das maiores limitações que a gente tem no meio da nossa sociedade é o preconceito e a exploração. Isso são marcas da nossa sociedade, o preconceito tem gente que não sabe porque, mas tem preconceito, é o processo que eu chamaria, não quero usar termos difíceis, mas é o processo que a gente chama de gnosiológico. O nosso conhecimento é volitivo e nem sempre nós temos o conhecimento de toda verdade é a vida que nos ensina a conhece mais a verdade, então preconceito, exploração, porque a sociedade humana se estrutura em torno de que? De poder e de dinheiro, e aí claro, você tem, por exemplo, pessoas que são até cristãs, mas não tem nenhum espírito crítico sobre as leis de mercado, não tem, ou outros que se afirmam crentes, fiéis de Jesus Cristo, e retroalimentam os preconceitos, então isso mostra que a igreja tem pessoas de diferentes matrizes e diferentes percepções e nem todas as pessoas estão juntas no mesmo espaço de conhecimento da vontade e da verdade de Deus. Então, a diferença é parte essencial da igreja e mesmo se você chegar numa igreja e todo mundo pensar a mesma coisa, você pode dizer assim, isso aqui é um grupo de macaquinhos de circos, que o adestrador faz êêê...

[...]

E é nessa intenção minhas irmãs e meus irmãos, é que estou aqui esses dias, primeiro para celebrar o aniversário de celebrar, o aniversário de consagração de uma pessoa que dizer que, de uma pessoa que é bispo da igreja de Deus, de uma pessoa que é bispo e recebeu o grande encargo de cuidar pastoralmente dessa parte da Igreja no Brasil, a DAR, uma diocese que a gente sabe como é a sua história, uma diocese que tem nos dado muitas alegrias, mas uma diocese que tem também vivido a dor e o sofrimento de divisões. E ele como bispo é sinal de unidade nessa diocese, isso não significa que todo mundo tem que pensar como ele, eu já disse a igreja não é uma coletividade de “prac prac prac”, mas ele é o sinal de unidade da igreja. (18 de dezembro de 2016)¹¹

Dom Francisco fará várias referências às diferentes formas de ser igreja, do cultivo da diversidade de dons, opiniões, posturas. Indica o caminho aparentemente

¹¹ Sermão do Primaz da IEAB, Dom Francisco de Assis da Silva. Recife, 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=CUBr8XZtccl>>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

não beligerante que a IEAB em nível nacional procuraria adotar. Ainda assim, os ânimos seguem exaltados.

Em resposta às movimentações da Aliança, Dom João (PEIXOTO, 2017) expede uma portaria ordenando que: (1) os clérigos que assinaram a petição de formação da Aliança retirem seus nomes; (2) seja removido o site da Aliança e as redes sociais; (3) a manifestação individual dos membros, através de uma carta, em que cada um reafirme seus votos de ordenação; e, (4) que estes clérigos permanecessem na IEAB, independentemente das decisões que possam vir a ser tomadas em futuro sínodo da igreja (que será realizado em 2018). Por fim, um prazo de dez dias é dado para que se tomem essas medidas.¹²

Na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, não se escuta nenhum pronunciamento oficial. No entanto, diante do posicionamento adotado pela Paróquia do Bom Samaritano da Zona Norte de Recife, é convocada no dia 15 de janeiro de 2017 uma assembleia extraordinária entre os seus membros a realizar-se na semana seguinte, se concretizando no dia 22 de janeiro de 2017. O clima da celebração no dia da convocação da assembleia era tenso. Trago aqui o relato de minha experiência em campo nesse dia, tendo como base trechos de meu caderno de campo.

A cerimônia que geralmente começa às 09:00 da manhã, ainda que pequenos atrasos sejam tolerados, teve um atraso fora do comum, tendo iniciado quase às 09:30. Pude perceber o vai e vem de lideranças leigas da Catedral ao escritório das lideranças clericais. Ainda que a decisão da assembleia já tivesse sido tomada, pois constava do boletim entregue à entrada do templo antes da celebração, parece que a mesma não era unanimidade. Não tive acesso a maiores detalhes do que se discutia, até pelo fato de a porta do escritório manter-se fechada, o que era incomum já que em geral o escritório ficava aberto e as lideranças clericais faziam rápidos atendimentos pastorais antes da celebração.

Durante a celebração, a leitura base para a reflexão que constava no boletim daquele dia foi mudada, ao que parece de última hora. Baseando-se em um texto da Primeira carta do apóstolo Paulo aos Coríntios, capítulo 12, que fala sobre a

¹² O texto da Portaria Episcopal 01/2017, de Dom João Câncio, encontra-se disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/portaria-12017-ordenando-o-fim-da-alianca/>>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

diversidade e as diferentes formas de ser igreja. Em uma longa e eloquente prédica, cerca de 30 a 35 minutos, Rev. Sérgio fala em diversidade e unidade, da complementaridade das diferentes formas de ser igreja e dos diferentes entendimentos que as pessoas podem ter dentro da igreja e ainda assim manterem uma unidade na diversidade. Sem fazer referência aos documentos que circulavam nas redes sociais e eram divulgados pelo site da Aliança Anglicana e da DAR, sem apontar nomes e instituições, sem citar os conflitos que então permeiam uma parcela dos clérigos da DAR, Rev. Sérgio consegue prender a atenção da igreja que em silêncio o ouve.

Um fato em especial chamou minha atenção logo após a prédica, o enfoque com que foi feito o anúncio das coletas. De um modo geral, a chamada à participação nas ofertas era rápido e sem maiores considerações que não o aspecto da gratidão e ajuda a manutenção e crescimento da igreja. No entanto, nesse dia em particular foi ressaltado de forma ostensiva as dificuldades da Catedral em prover suas contas mais básicas. Citando o cenário de crise nacional, a destacada a queda na arrecadação de fundos da igreja, a ponto de gerar demissões de alguns colaboradores que trabalhavam na manutenção da Catedral. Por fim, um apelo em tom emocional foi feito para que as pessoas fossem generosas em suas contribuições tendo em vista uma grande dívida que deveria ser quitada durante a semana.

Ao final da celebração, de forma discreta e sem se prolongar, o Rev. Sérgio reforça o comunicado presente no boletim da assembleia extraordinária convocada para o próximo final de semana, dia 22 de janeiro de 2017. Tanto o informe quanto o lembrete do Rev. Sérgio falava apenas que seria discutida o caráter da filiação da Catedral à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A assembleia extraordinária realizar-se-ia uma semana depois e, apesar de meus insistentes contatos em que solicitava autorização para acompanhar esse evento, não obtive nenhuma resposta. Assim sendo, sem autorização das lideranças e sem fazer parte do rol de membros da Catedral não pude acompanhar o desenrolar da assembleia.

Um dia depois da assembleia e alguma repercussão nas redes sociais, Dom João emite um comunicado via Facebook em que informa da saída da Catedral e aponta o que ele entende ser os principais motivos. Reproduzo aqui na íntegra o texto do bispo, pois acredito que o mesmo sintetiza bem a visão que ele, os fiéis e

as Paróquias da DAR que se mantiveram alinhadas a IEAB tinham sobre o grupo que rompeu com a igreja nacional.

É com muita tristeza, que venho comunicar, que apesar de alguns clérigos da nossa diocese afirmarem em documentos não oficiais da igreja (Aliança de Comunidades Anglicanas da IEAB) que não eram cismáticos, o Deão de nossa Catedral convocou uma assembleia na igreja, com o objetivo de romper com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, alegando achar que a mesma em 2018 irá aprovar o casamento de pessoas do mesmo sexo e que a maioria dos membros iriam sair, não tendo como sustentar a igreja.

Uma demonstração de projeto pessoal, em que o motivo não é teológico, pois ambos já afirmaram que não teriam problemas de realizar o casamento, desde que a comunidade estivesse de acordo.

O verdadeiro motivo é de ordem financeira. Com a presença de apenas um quinto da igreja na assembleia, em uma manobra, mudaram os estatutos da Catedral e na mesma hora fizeram a eleição, onde a maioria decidiu seguir o Deão e sua auxiliar, rompendo com a IEAB.

Sempre tive uma excelente relação com todas as pessoas da Catedral e estou me colocando à disposição para acolher a pastorear todos e todas que não concordam com essa atitude, em uma de nossas comunidades espalhadas pelo Nordeste.

Desde já quero agradecer ao povo da Catedral, que de alguma maneira colaboraram com a nossa diocese. Que Deus vos abençoe! (23 de Janeiro de 2017).

No referido texto Dom João aponta para as motivações pessoais que levaram o Rev. Sérgio a liderar o movimento da Aliança Anglicana e promover o rompimento de uma parcela da Diocese Anglicana do Recife a deixar a IEAB. Ele deixa claro o entendimento de que foi orquestrada uma manobra para substituir a Junta Paroquial da Catedral e modificar os seus Estatutos para assim efetivar a ruptura institucional.

Uma linha de interpretação interna sobre a ruptura é desenvolvida por Dom João, para quem não há uma base teológica dos clérigos da Catedral que justifique o rompimento. Porém, ao mesmo tempo, ele nada informa sobre alguma perspectiva de os membros da Catedral terem em mente conceder essa mesma anuência aos seus líderes eclesiais para desempenharem esse serviço religioso, em caso de aprovação pelo futuro sínodo. Enfaticamente, o bispo informa o que ele entende ser a verdadeira motivação da ruptura: a questão financeira. Aqui, nas entrelinhas, é possível perceber que a membresia da Catedral não apoiaria, na avaliação do bispo, a celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo e

romperiam com a DAR, o que acarretaria em uma impossibilidade de sustentar a Catedral em suas necessidades financeiras.

Uma fala que aponta outra direção é a do Rev. Eduardo, responsável pelo setor de educação da diocese e pároco em Olinda, onde ele afirma que a temática da sexualidade é o grande “álibi” dentro do Anglicanismo nordestino para que se levantem grupos dissidentes dentro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Para ele, se faz uso desse mote para ocultar projetos de poder pessoal, entre os membros do clero. Daí que nos últimos 15 anos terem acontecido três rupturas, sendo duas encabeçadas pelas lideranças da Catedral (em 2002 e 2017) e uma pelo então bispo diocesano da DAR, Dom Robinson Cavalcanti, em 2005.

Calvani (2006), aponta uma pista um tanto quanto generalizadora sobre o que levaria um grupo anglicano a se separar da igreja-mãe. Para ele, o *ethos* anglicano consiste em “uma constante tentativa de acomodar diferenças em prol da preservação da comunhão”, apresentando assim um programa de teologia ampla que resguardaria diferentes tendências (católicas ou protestantes) sob o mesmo teto. Logo, nesse sentido, ele entende

que a Igreja nunca toma a iniciativa de excluir ou excomungar ninguém que esteja incomodando. As próprias lideranças entusiastas acabam por se afastar ou romper a comunhão criando novas igrejas. Desse modo, o seu iconoclasmo e seu anseio por reforma sempre migram para outras áreas. (CALVANI, 2006, p. 83)

Por fim, Dom João se coloca à disposição daqueles fiéis que desejem permanecer filiados a DAR, afirmando que os assistiria em alguma das comunidades sob sua supervisão episcopal. A DAR agora sem sede, foi transferida para Paróquia do Bom Samaritano em Boa Viagem ainda na mesma semana, reforçando o laço que já vinha se estreitando entre o bispo diocesano e a Paróquia da capital pernambucana.

A Paróquia Anglicana da Santíssima Trindade, agora independente da DAR, se pronuncia poucos dias depois, no dia 25 de janeiro de 2017. No texto é reafirmada que a Aliança das Comunidades Anglicanas da IEAB não é uma organização de cunho cismático, mas tão somente uma associação de anglicanos que buscam expor um determinado ponto de vista e que desejavam amadurecer

alguns aspectos das temáticas que são atuais na vida da igreja. Mais adiante, afirma-se que esse tema de debate tão acalorado, debate esse que vai além da questão local, refere-se à sexualidade humana. Apontando para um entendimento tradicional sobre a temática da celebração do casamento entre pessoas do mesmo, do risco da adoção desse rito para a unidade da igreja e o questionamento do porque esse debate se faz tão presente na atualidade e de forma tão apaixonada frente a outros desafios como a pobreza e a violência, que ficariam relegados a um segundo plano. Ainda é reafirmado o clima de acirramento de ânimos na DAR e o perigo de desintegração dessa diocese diante da divisão que esse tema tem causado na igreja.

Para a Aliança Anglicana o debate sobre a homossexualidade tem ido muito além do que a tradição cristã e anglicana e a exegese bíblica comportariam. Citando o documento final da Conferência de Lamberth de 1988, onde se afirmam valores tradicionais sobre o casamento e a manutenção de relações sexuais unicamente no matrimônio heterossexual, aponta que a prática da homossexualidade seria “incompatível com as Escrituras”. Avalia que há um superdimensionamento desse debate na igreja e suas consequências de divisão e excomunhões mútuas entre diferentes Igrejas Anglicanas pelo mundo.

Ainda que as lideranças da então Catedral se posicionem contrários ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e rompam com a DAR pelo seu posicionamento favorável quanto à temática - e, em última instância, o casamento será efetivamente aprovado no Sínodo de 2017 -, acredito, seguindo Nagamine e Natividade (2017) que o uso das categorias fundamentalismos, tolerância ou intolerância ou de jogos de oposição, como conservadores *versus* liberais, limite a análise e pode trazer em si, o risco de um simplismo quando se pensa o jogo das políticas sexuais. Assim, os autores propõem que a discussão gire em torno de duas categorias – hostilidade e hospitalidade – que permitiria interpelar o estatuto social dos homossexuais sem que isso demande caracterizar os agentes envolvidos como conservadores, libertários, homofóbicos ou tolerantes. (NAGAMINE; NATIVIDADE 2017, p. 289).

Para os autores (NAGAMINE; NATIVIDADE, 2017, p. 288), a partir de uma leitura particular desses dois conceitos tomados de Derrida e aplicados para tratar da diversidade sexual:

as duas categorias alternativas, hospitalidade e hostilidade, podem ter maior rendimento para a descrição e análise de fenômenos e sob uma abordagem não dicotômica com relação a esferas normativas em contextos específicos onde a política sexual é atravessada pela religião.

A partir do exemplo do referendo irlandês sobre o casamento igualitário realizado em 2015, os autores desenvolvem a tensão dos conceitos hospitalidade e hostilidade, particularmente no que se refere às percepções sociais sobre a homossexualidade e, particularmente a homoconjugalidade, em um país majoritariamente cristão católico.

Como, em uma nação de presença tão forte do Catolicismo, os homossexuais que historicamente têm sido postos à margem da cidadania, conseguem ter reconhecido o acesso ao casamento? Aqui os autores apresentam as tensões e ambivalências discursivas quanto as crenças das pessoas e os diferentes referenciais para julgar as relações (homo)conjugais a partir das noções de família, cidadania, direitos, casamento e etc.

Por fim, os autores entendem que a hospitalidade pode trazer um tipo específico de aceitação, gradual e mediada pela cidadania na vida pública. Podendo isso criar condições para uma integração, em certa medida. Isso explicaria o fato de a Reverenda Teresa entender que a postura da Catedral, mesmo com seu posicionamento contrário ao casamento igualitário em âmbito religioso, não afaste os homossexuais e que a Igreja apoia e defende a diversidade, pensando aqui a partir da garantia legal de direitos e da salvaguarda estatal. Esse posicionamento poderia se alterar, segundo ela, quando o debate for amadurecido e pedagogicamente os fiéis fossem educados para a aceitação e celebração do casamento de pessoas do mesmo sexo.

O foco da ruptura foi concentrado em Recife. No entanto, o episódio é recente e ainda estão se organizando os novos arranjos políticos dentro da diocese e do grupo da Aliança. Dom Carlos, ainda que permaneça como bispo emérito da DAR e vinculado a IEAB, mantém seu apoio a Aliança Anglicana, mesmo após a ruptura desta com a DAR. Tanto assim que uma semana após a assembleia, Dom Sebastião foi a Paróquia Anglicana da Santíssima Trindade e celebrou com Rev. Sérgio e a Revda. Teresa.

A Aliança Anglicana mantém suas atividades. No entanto, sua publicidade teve uma decaída após a ruptura. As Paróquias ligadas a Aliança não formaram uma nova denominação e, segundo a Revda. Teresa, não pretendem unir-se nem a Igreja Episcopal Carismática do Brasil, fruto da ruptura de 2002, e nem a Igreja Anglicana-Diocece do Recife, que resultou do processo de ruptura de 2005. Como ela resumiu sinteticamente: “Nós ainda não sabemos o que queremos, mas sabemos o que não queremos”.

Em Recife, das três Paróquias Anglicanas filiadas a DAR, duas rompem com a Diocece e se mantêm independentes. A Paróquia do Bom Samaritano em Boa Viagem, assumiu o posto de Catedral e sede da DAR. Nos demais Estados do Nordeste sob a jurisdição da DAR houve rompimentos de outras Paróquias ou clérigos, como em Fortaleza, por exemplo.

Já Dom João, bispo da DAR, afirma que diante da saída do grupo dissidente que se opõe ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, não há mais motivo para que aqueles que defendem essa demanda “pisem em ovos” ao tratar do assunto. Ele entende que de maneira geral a defesa do casamento igualitário na DAR é majoritário, ainda que veja alguns pontos de resistência, como o Ponto Missionário em Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se, ao longo do trabalho como as mudanças nas políticas sexuais (WEEKS, 1989) na virada do século XX para o XXI foram marcados por uma mobilização de determinados movimentos da sociedade civil organizada (Movimentos Feministas, Movimentos LGBT's, ONG's, partidos políticos, igrejas) através da operação do direito. A luta por proteção legal e os movimentos de oposição a esses direitos se colocam como questão que foram mediadas pelo Estado (RIOS, 2013; 2018^a; 2018b); (NAGAMINE; NATIVIDADE, 2017). Carrara (2015) entende que esse processo de luta por direitos e cidadanização é de tal forma relevante no atual momento para as discussões sobre sexualidade que defende que chega a mudar o paradigma do dispositivo de sexualidade proposto por Foucault (1988).

A conquista desses direitos mexe com a hierarquia sexual proposta por Rubin (2003) e coloca esses atores em outras posições de poder. Conceitos como família, parentalidade, conjugalidade são discutidos à luz dos novos arranjos possíveis pelas novas legislações. Nesse contexto, o papel do Estado, no caso brasileiro, do judiciário, se destaca na medida em que ele vai encabeçar as decisões sobre sexualidade e direitos e, a partir desse dado ativam uma série de respostas religiosas. No Legislativo, segmentos ligados às igrejas evangélicas, trazem à tona a insatisfação de grupos que se autodenominam conservadores e reivindicam o que entendem como valores tradicionais. Vê-se assim, o crescimento de um movimento político de cunho conservador que coloca em xeque as conquistas até então alcançadas pelos movimentos LGBT.

A DAR e a IEAB vão se colocar em um forte debate interno que levará a posições antagônicas fortes, culminando em duas rupturas, em 2002 e 2005. O reconhecimento das orientações não heterossexuais e o acesso às celebrações públicas da ordenação e do casamento se colocam como os principais elementos em disputa, que vão balizar a discussão acerca do lugar da diversidade no *ethos* anglicano.

Quando da minha chegada a campo, na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, em Recife, percebi esses dois eventos do começo do século XX

repercutiam ainda com força nas falas dos interlocutores e percebi que compreender essas rupturas seria necessário para analisar como as questões de reconhecimento da população LGBT e da extensão da ordenação e do casamento se tornam objeto de disputas no interior da igreja. Antigos argumentos são advogados por novos atores, velhas cenas aparecem em novos roteiros e o enredo das disputas por poder tendo a sexualidade como foco se colocam mais uma vez no cenário anglicano nordestino.

A criação da Aliança Anglicana, em 2016, grupo que se opõe ao casamento igualitário que se coloca em discussão em nível local-nacional, engendra não o início, mas a continuidade de um conflito que estava adormecido, mas não morto. Afirmo isto em contraposição a Soares (2008) para quem os conflitos de 2002 e 2005 haviam chegado ao seu fim em 2008. Entendo que os eventos que se passaram entre o final de 2016 e início de 2017 dão continuidade àqueles ocorridos a pouco mais de uma década e que as vozes do campo tanto me fizeram questão de recordar.

A ruptura da Catedral Anglicana da Santíssima Trindade se coloca, provavelmente, como o término deste conflito institucional no Anglicanismo brasileiro. Com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2018 pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil há a saída dos grupos opositores, que se configuram em novas institucionalidades, uma vez que se opõe a essa prática. Já no cenário internacional, a Comunhão Anglicana está em processo de reconfiguração e ainda não uma definição dos rumos que serão tomados. Com perguntas, possíveis respostas e teorias a se desenharem na próxima Conferência de Lambeth em 2020.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA ANGLICANA. Aliança Anglicana. Recife, 2016. Disponível em: <http://www.aliancaanglicana.com/on/alianca/>>. Acesso em: 03 dez. 2016.
- ALMEIDA, Ronaldo . A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **CADERNOS PAGU**, v. 50, pp. 5-30, 2017.
- BATISTA FILHO, Felix. Carta do Rev. Félix Batista de desligamento da DAR-IEAB. Recife, 2017. Disponível em: <http://www.aliancaanglicana.com/on/carta-do-rev-felix-desligamento-da-dar-ieab/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- BENATTE, Antonio Paulo. História e Antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados, Jan/Jun 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CALVANI, C. **A tensão entre Substância Católica e Princípio Protestante no Anglicanismo**. In: Revista Eletrônica Correlatio, nº 10, nov. 2006. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/correlatio/correlatio10/a-tensao-entre-substancia-catolica-e-principio-protestante-no-anglicanismo/>>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- CALVANI, C., **Anglicanismo no Brasil**. In: Revista USP, São Paulo, n.67, (Set/Nov), pp.36-47, 2005.
- CÂMARA EPISCOPAL. Mensagem da Câmara Episcopal aos Fiéis e ao Clero da IEAB. **Carta da Câmara Episcopal sobre atitudes cismáticas na IEAB**. Pelotas/RS, 2016. Disponível em: <http://sn.ieab.org.br/2016/12/02/mensagem-da-camara-episcopal-aos-fieis-e-ao-clero-da-ieab/>>. Acesso em: 02 dez. 2016.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2010.
- CARRARA, Sérgio. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo**. MANA 21(2): 323-345, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- CAVALCANTI, Robinson. **Libertação e Sexualidade**: instinto, cultura e revelação. São Paulo: Temática, 1990.

COLLINSON, Patrick. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CÔRREA, Sonia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”. **Bagoas**, v. 3, n. 4, jan/jun 2009, pp. 17-42.

DUARTE, Luiz F. D.; JABOR, J. de M., *et al.* Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: DUARTE, L. F. D.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M. & PEIXOTO, C. (orgs.) *Família e Religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Aonde caminha a moralidade. Cadernos PAGU. Campinas: UNICAMP, v. 41, pp. 19-27, 2013.

DURHAM, Eunice. **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAMELEIRA, Sebastião. Quatorze Referenciais Teológicos para a Missão da Igreja (Versão Revista e Ampliada). Recife, 2016a. Disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/referenciais-teologicos/>>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

GAMELEIRA, Sebastião. **Aos colegas no ofício de bispo**. Recife, 2016b. Disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/aos-colegas-no-oficio-de-bispo/>>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In.: FELDMANBIANCO, Bela (Org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

HINE, Christine. La etnografía y la interacción cara a cara. In: _____. **Etnografía virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Carta Pastoral dos Bispos da IEAB - Sexualidade Humana. Documentos. Disponível em: <<https://www.ieab.org.br/wp-content/uploads/sites/410/2019/08/c_past_97.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Relatório de Windsor**. Documentos. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2004. Disponível em: <https://www.ieab.org.br/wp-content/uploads/sites/410/2019/08/rel_windsor_ptbr.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Processo Canônico n. 001/2005 do Bispo Edward Robinson de Barros Cavalcanti**. Documentos. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2005. Disponível em: http://www.ieab.org.br/documentos/sent_rcavalcanti_pt.pdf. Acesso em: 16 dez. 2015.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Livro de Oração Comum: Administração dos Sacramentos e Outros Ritos e Cerimônias conforme o uso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil com o Saltério e Seleção de Salmos Litúrgicos**. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2015.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Cânones Gerais**. São Paulo: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://dapar.org/wp-content/uploads/2017/03/Ca%CC%82nones-Gerais-2016.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Constituição da IEAB**. São Paulo: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://dapar.org/wp-content/uploads/2017/03/Constituic%CC%A7a%CC%83o-2016-.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

IEAB. **O Estandarte Cristão: "igreja, gênero e sexualidades"**. São Paulo: Secretaria Geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, n. 1821, Janeiro de 2017.

JURKEWICZ, R.S., **Cristianismo e homossexualidade**. In: GROSSI, M. P., BECKER, S., LOSSO, J. C. M., et al. (orgs.). *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp. 45-52.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. *Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões*. **Revista Antropolítica**, n. 42, pp. 41-65, 1. sem, 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1978.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer**. [Doutorado em Teologia]. São Leopoldo/RS: EST/PPG, 2008.

MUSSKOPF, André Sidnei. **À meia luz: a emergência de uma teologia gay - Seus dilemas e possibilidades**. Cadernos IHU Idéias (UNISINOS), São Leopoldo/RS, v. 32, pp. 1-34, 2005. Disponível em: <<<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/032cadernosihuideias.pdf>>>. Acesso em: 15 out. 2016.

NATIVIDADE, Marcelo T. **Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21(61):115-132, 2005.

NATIVIDADE, Marcelo. **Deus me aceita como eu sou: orientação sexual e vida religiosa em igrejas inclusivas pentecostais**. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. **Novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NATIVIDADE, Marcelo; NAGAMINE, R. R. V. ; BARBOSA., O. . Questão de família: um olhar jurídico-antropológico sobre o casamento gay no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito (UFPR)**, v. 61, p. 233-257, 2016.

NAGAMINE, R. R. V. ; NATIVIDADE, Marcelo. **Aquém do fundamentalismo, além da intolerância: hostilidade e hospitalidade no debate sobre direitos de gays e lésbicas**. SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO), n. 26, pp. 279-305, 2017.

PEIXOTO, João Câncio. **Portaria Episcopal 01/2017**. Recife, 2017. Disponível em: <<<http://www.aliancaanglicana.com/on/portaria-12017-ordenando-o-fim-da-alianca/>>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

QUEIROZ, Cristiany Moraes de. **Ethos anglicano e movimento carismático: um estudo etnográfico de suas relações**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. **Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - vol. 31 n° 90. Disponível em: <<<http://dx.doi.org/10.17666/319085-98/2016>>>. Aceso em: 14 out. 2017.

RIOS, Roger Raupp. **As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”**: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. *Civislistica.com*, Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abril-junho, 2013.

RIOS, Roger Raupp. **Por um direito democrático da sexualidade**. In: BORRILLO, Daniel et all. *Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer*. Porto Alegre: Ed. UFCSPA, 2018a.

RIOS, Roger Raupp. **Direitos sexuais**: orientação sexual e identidade de gênero no direito brasileiro. In: BORRILLO, Daniel et all. *Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer*. Porto Alegre: Ed. UFCSPA, 2018b.

ROSALDO, Renato. **Cultura y Verdad**: La reconstrucción de la análisis social. Quito: ABYA-YALA, 2000.

RUBIN, Gayle. **"Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade"**. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SANTOS, Irineia M. F. Dos Santos. *História e Antropologia: Relações Teórico- Metodológicas, Debates sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa*. **Revista Crítica Histórica Ano I, Nº 1, Junho/2010**.

SANTOS, Andréa Laís Barros. **As fronteiras mutantes do pecado**: Informalização erótico-religiosa, formação pastoral e o batismo de homossexuais na Igreja Batista do Pinheiro. [Mestrado em Sociologia]. Maceió: PPGS-UFAL, 2017.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SEGATA, Jean. **A Etnografia como Promessa e o “Efeito Latour” no Campo da Cibercultura**. *Ilha – Revista de Antropologia*, Santa Catarina, UFSC, 2014. Disponível em: <<<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2014v16n2p69>>>. Acesso em: 14 out. 2017.

SILVA, Francisco de Assis da. **Um Sínodo Provincial com as marcas da Serenidade e da Comunhão**. Vargem Grande Paulista/SP, 2016. Disponível em: <<<http://sn.ieab.org.br/2016/06/21/um-sinodo-provincial-com-as-marcas-da-serenidade-e-da-comunhao/>>>. Acesso em: 23 de jun. 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. *O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaios sobre*

sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos pagu** (42), janeiro-junho de 2014:75-98.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420075>. DOSSIÊ ANTROPOLOGIA, GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL: BALANÇO E PERSPECTIVAS

SOARES, Aldenor Alves. **A Crença, o Ritual e a divisão do Poder no discurso oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2002.

SOARES, Aldenor Alves. **A Igreja Anglicana e o conflito ritual a respeito da ordenação e casamento de homossexuais**. Porto Seguro: Comunicação a 26ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questões de Fronteiras: Sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos**, n. 72, Julho 2005.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, 2005.

VIANNA, Adriana, CARRARA, Sérgio. **Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”**. In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal. A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 2008. p. 334-359.

VON DER WEID, Olivia. **Swing, o adultério consentido** – um estudo antropológico sobre a troca de casais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

WEISS DE JESUS, Fátima. **UNINDO A CRUZ E O ARCO-ÍRIS: Vivência Religiosa, Homossexualidades e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

WEISS DE JESUS, Fátima. Igrejas Inclusivas em perspectiva comparada: da “inclusão radical” ao “mover apostólico”. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800**. Londres/NewYork: Longman, 1989.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.